



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O ano de 2010 foi marcante para a EDP Bandeirante, ano em que honramos nossos compromissos junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, atuando de forma sustentável e com foco na execução e obtenção de resultados.

O consumo de energia elétrica em 2010 evidenciou a retomada do crescimento da economia, com aumento de renda e queda do desemprego.

A evolução econômica do estado de São Paulo seguiu o comportamento do país e cresceu 7,8%, na mesma base de comparação, segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. O segmento industrial destacou-se devido à forte recuperação no período pós-crise, em que as maiores contribuições vieram da metalurgia, produtos de metal, borracha e plástico.

O lucro líquido alcançado foi de R\$ 278,24 milhões, resultado consistente em relação ao ano anterior. A receita operacional líquida cresceu 8,0%, atingindo R\$ 2.259,25 milhões e o EBITDA do período foi de R\$ 498,53 milhões, representando um aumento de 2,6% em relação ao resultado obtido no ano anterior.

No que diz respeito aos aspectos internos, destaca-se o aumento da energia vendida pela EDP Bandeirante que, em 2010, atingiu o montante de 9.038 GWh, o que representa um acréscimo de 5,3% em relação ao ano anterior. Nas classes residencial, comercial, industrial e rural verificou-se um aumento significativo no fornecimento de energia elétrica de 3,0%, 3,4%, 9,3% e 13,0%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A energia distribuída aos clientes livres teve crescimento de 12,0%. No total, a energia distribuída atingiu o montante de 14.310 GWh, com crescimento de 7,7%.

Os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 188,9 milhões - o maior valor desde a privatização da Companhia - demonstrando o comprometimento da EDP Bandeirante com o desenvolvimento da região do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte. Além de investimentos na expansão da rede elétrica, no melhoramento de linhas e redes de distribuição e no combate às perdas não técnicas, vale ressaltar a ampliação de 05 subestações, a construção da Subestação Pedreira em Itaquecetuba e o acréscimo de aproximadamente 1.401 km de redes de distribuição.

Todavia, no que tange os indicadores técnicos que medem a continuidade no fornecimento de energia, DEC e FEC, registramos uma degradação em nossos resultados médios do ano, pois a área de concessão da EDP Bandeirante foi severamente atingida por adversas condições meteorológicas no Estado de São Paulo, principalmente no primeiro trimestre de 2010, com registro de inúmeras situações de emergência, culminando com estado de calamidade pública em alguns municípios.

As perdas totais tiveram uma redução de 0,09 p.p., passando de 11,18% em 2009 para 11,09%, em 2010. A melhora deste indicador se deve a redução das perdas não técnicas em 0,38 p.p., resultado do Programa Integrado de Combate às Perdas.

Em 2010, a EDP Bandeirante destacou-se também na área de Inovação, lançando à primeira rede de recarga de veículos elétricos, com 10 postos de abastecimento nas cidades de São José dos Campos, Mogi das Cruzes e Guarulhos, dedicados a utilização de 45 bicicletas doadas a entidades municipais e de segurança pública.

Ainda com o foco no conforto, segurança e qualidade de vida dos clientes, a EDP Bandeirante deu continuidade aos projetos no âmbito do Programa Eficiência Energética. Destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades de baixa renda. O projeto, que existe desde 2006, já atendeu mais de 166 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações na educação e orientação ao uso racional e consumo consciente de energia.

Os investimentos sociais externos tiveram continuidade e promoveram a inclusão e o desenvolvimento das comunidades dos 28 municípios que compõem a área de concessão da Empresa. Com foco na educação, desenvolvimento local, cultura e esporte, foram investidos cerca de R\$ 1,4 milhão, com mais de 80 mil pessoas beneficiadas diretamente.

Em 2010, a EDP Bandeirante atingiu um índice de satisfação de 76,8%, destacando-se no ISG (Índice de Satisfação Geral), avaliado em 79,5%, valor acima da média ABRADÉE.

A EDP Bandeirante, em 2010, recebeu o Título de Reconhecimento de Mérito - do Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica - resultado da participação da distribuidora no Projeto Gestão Energética Municipal, desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. A EDP Bandeirante também foi contemplada com medalha de prata na categoria Grandes Empresas no Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão (PPQG), pelo grau de maturidade das suas práticas de gestão e pelos resultados apresentados.

Em suma, no ano de 2010, a EDP Bandeirante reforçou o seu plano de investimentos, conferindo maior solidez ao sistema elétrico e melhorando a qualidade do serviço prestado.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo.

Nossos desafios terão continuidade em 2011 e, por isso, manteremos a política de rígida gestão financeira, sem abrir mão da qualidade e segurança dos serviços prestados, empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

## Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu

Presidente do Conselho de Administração

## Conselho de Administração

Presidente: Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu

Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Conselheiro: Luiz Otavio Assis Henriques

Conselheiro: Miguel Dias Amaro

Conselheiro: Leandro da Silva Netto

Conselheiro: Pompeu Freire de Mesquita

## Diretoria

Diretor Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Diretor Técnico e de Ambiente: Francisco Alfredo Fernandes

Diretor Comercial: Michel Nunes Itkes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Carlos Emanuel Baptista Andrade

Diretor de Regulação: Donato da Silva Filho

Diretor de Sustentabilidade: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

## 2. CENÁRIO MACRO ECONÔMICO

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou um crescimento de 8,4% no período de janeiro a dezembro de 2010 em relação à igual período de 2009. Na mesma base de comparação, as atividades da Indústria, Serviços e Agropecuária tiveram aumento de 12,3%, 5,7% e 7,8%, respectivamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em consonância com o cenário brasileiro, em 2010 o PIB paulista continuou a trajetória de crescimento iniciado no segundo trimestre de 2009 registrando uma variação positiva de 8,5% no acumulado até o terceiro trimestre de 2010 (segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE). Conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), as exportações do estado aumentaram 23,4% em relação a 2009, enquanto que as importações cresceram 34,2%, impactando no saldo da balança comercial, que ficou negativo. O desequilíbrio da balança foi devido, principalmente, à importação de derivados de petróleo, em especial óleo diesel, além das importações de automóveis e querosene de aviação.

As operações de crédito do sistema financeiro nacional cresceram 20,5% em 2010, representando 46,6% do PIB brasileiro, segundo o Banco Central (BC). Os financiamentos de habitação lideraram a expansão dos empréstimos, seguidos pelo setor de comércio. A produção industrial do estado de São Paulo avançou 10,9% até novembro de 2010 sobre o mesmo período de 2009, que por sua vez havia apresentado variação negativa de 10,4% sobre o período anterior, segundo IBGE. Com este resultado, o nível de produção em 2010 já se aproxima do patamar de 2008, anterior à crise econômica.

O ano registrou ainda um nível de ocupação empregatícia formal na região metropolitana de São Paulo de 4,1%, crescimento superior à média anual da década (2,2%). A geração de postos de trabalho (370 mil) foi superior à expansão da População Economicamente Ativa (PEA), de acordo com a SEADE.

## 3. A EDP BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A EDP Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante), Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba. Em 2010 foram distribuídos 14.309 GWh a um total de 1,503 milhões de clientes faturados, representando um aumento de 7,7% da energia distribuída em relação a 2009.

## 4. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	Unidade	SalDOS		
		Dez/10	Ajustado	Var. %
<b>Financeiros</b>				
Ativo Total	R\$ mil	2.656.839	2.406.426	10,4
Patrimônio Líquido	R\$ mil	820.271	815.089	0,6
Dívida Líquida <sup>(1)</sup>	R\$ mil	370.899	358.933	3,3
Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido	vezes	0,5	0,4	0,1
Dívida Líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,7	0,7	0,0

Descrição	Unidade	Janeiro - Dezembro		
		2010	Ajustado	Var. %
<b>Resultados</b>				
Receita Bruta	R\$ mil	3.701.617	3.338.999	10,9
Receita Líquida	R\$ mil	2.259.256	2.092.228	8,0
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R\$ mil	1.844.836	1.690.610	9,1
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	414.420	401.618	3,2
EBITDA <sup>(2)</sup>	R\$ mil	498.531	485.750	2,6
Resultado Financeiro	R\$ mil	3.938	(4.761)	(182,7)
Outros Resultados	R\$ mil	(12.775)	(6.566)	94,6
Resultado antes de Impostos	R\$ mil	405.583	390.291	3,9
Lucro Líquido	R\$ mil	278.238	279.828	(0,6)
<b>Margens</b>				
Margem EBITDA (EBITDA/Rec. Líquida)	%	22,1%	23,2%	-1,1 p.p.
Margem Líquida (Lucro Líq./Rec. Líquida)	%	12,3%	13,4%	-1,1 p.p.

Descrição	Unidade	Janeiro - Dezembro		
		2010	Ajustado	Var. %
<b>Operacionais</b>				
Energia Distribuída	MWh	14.309.783	13.291.676	7,7
Energia Vendida a				
Clientes Finais	MWh	8.999.497	8.547.077	5,3
Residencial	MWh	3.081.059	2.992.589	3,0
Industrial	MWh	3.226.408	2.951.238	9,3
Comercial	MWh	1.754.278	1.696.831	3,4
Rural	MWh	81.260	71.927	13,0
Outros	MWh	856.492	834.492	2,6
Suprimento e Outras				
Concessionárias	MWh	34.005	32.878	3,4
Consumo Próprio	MWh	4.709	4.701	0,2
Energia em Trânsito	MWh	5.271.572	4.707.020	12,0
Investimentos Líquidos <sup>(3)</sup>	R\$ mil	188.948	137.603	37,3
Número de Clientes Finais	mil	1.502.998	1.482.523	1,4
Número de				
Colaboradores <sup>(4)</sup>	Unidade	1.074	1.058	1,5
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	13.324	12.563	6,1
Duração Equiv. de Interrupção por				
Cliente - DEC	horas	12,18	12,77	(4,6)
Frequência Equiv. de Interrupção por				
Cliente - FEC	vezes	7,05	6,43	9,6

<sup>(1)</sup> Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários

<sup>(2)</sup> EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional

<sup>(3)</sup> Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais

<sup>(4)</sup> Considera quantidade de colaboradores + diretores estatutários

(\* ) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

## 5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

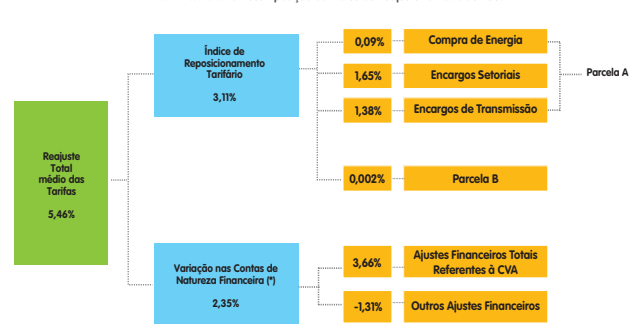
As metodologias aplicáveis aos cálculos tarifários das concessionárias de distribuição do serviço público de energia elétrica e que passarão pelo 3º Ciclo de Revisão Tarifária periódica a partir de 2011, estão sendo discutidas no âmbito da Audiência Pública, AP 040/2010, com período de contribuições finalizado em 10 de janeiro de 2011, dentre as principais alterações propostas na correspondente nota técnica pelo Regulador destaca-se a alteração da atual taxa de remuneração do capital investido baseada nos ativos em operação constantes da Base de remuneração regulatória, que atualmente é de 15,07% ao ano e passará a ser de 10,83 % ao ano. A Companhia passará pelo referido processo em 23 de outubro de 2011 e está participando de foros e analisando os possíveis efeitos e impactos dessa AP nas suas demonstrações financeiras.

Além das metodologias a serem empregadas para a definição do nível tarifário, também se encontra em discussão pública a revisão das taxas de depreciação (Audiência Pública nº 121/2010), base para definição da parcela de reintegração regulatória e que compõe a base de cálculo das tarifas de energia elétrica. As estimativas médias feitas pelo órgão regulador com base em amostra efetuada em diversas concessionárias são de que haverá uma elevação nas vidas úteis desses ativos de aproximadamente 4 anos, passando dos atuais 22 anos para 26 anos.

O reajuste médio anual das tarifas da Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante), homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória 1072, de 05 de outubro de 2010, foi de 10,70%, para o período compreendido entre 23 de outubro de 2010 e 22 de outubro de 2011, sendo 10,25% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 0,45% referentes aos componentes financeiros pertinentes, que, computado o efeito dos itens financeiros retirados da base, correspondem a um efeito médio de 7,91% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Na composição do reajuste médio da EDP Bandeirante destacam-se a compra de energia, os encargos setoriais, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:

EDP BANDEIRANTE: Decomposição do Índice de Reajuste Tarifário de 2009



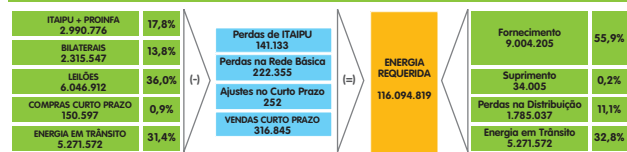
\* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

## 6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

## 6.1 Balanço Energético (MWh)

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 16.095 GWh, apresentando um aumento de 7,6% em relação a 2009.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



6.2 Compra de Energia

A energia requerida pela EDP Bandeirante em 2010 foi de 11.504 GWh superior 8,5% à verificada em 2009. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfra representam 17,8%, as compras no ACR (CEEAR e Contrato de Ajuste) 36,0%, os Contratos Bilaterais 13,8% e o Curto Prazo 0,9%.

6.3 Energia Distribuída

A energia distribuída pela EDP Bandeirante apresentou uma elevação de 7,7% no período analisado, totalizando 14.309,78 GWh acumulados no período findo em 31 de dezembro de 2010.

Receita Operacional Líquida	MWh		R\$ Mil	
	2010	2009	2010	2009
<b>Fornecimento</b>				
Residencial	3.081.059	2.992.589	985.322	922.292
Industrial	3.226.408	2.951.238	798.336	725.911
Comercial	1.754.278	1.696.831	504.504	481.602
Rural	81.260	71.927	16.909	15.987
Outros (1)	856.492	834.492	193.897	188.615
(-) Transf. para Energia Trânsito (2)			(1.182.057)	(1.189.080)
<b>Energia Forn. Clientes Finais</b>	<b>8.999.497</b>	<b>8.547.077</b>	<b>1.316.911</b>	<b>1.145.327</b>
Suprimento Convencional	34.005	32.878	1.788	1.482
(+) Transf. de Forn. Clientes Finais (2)			1.182.057	1.189.080
Energia em Trânsito	5.271.572	4.707.020	387.954	296.130
Consumo Próprio	4.709	4.701		
<b>Total Energia Distribuída</b>	<b>14.309.783</b>	<b>13.291.676</b>	<b>2.888.710</b>	<b>2.632.019</b>
Fornecimento não faturado (3)				
Outras Receitas			(10.231)	41.840
(-) Deduções à Receita Operacional			67.144	11.738
			(686.367)	(593.369)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>14.309.783</b>	<b>13.291.676</b>	<b>2.259.256</b>	<b>2.092.228</b>

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

(2) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais

(3) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita.

A classe Residencial apresentou crescimento de 3,0% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo crescimento de 1,5% na base de clientes e maior consumo unitário.

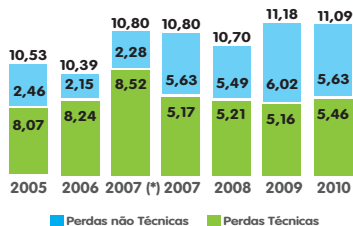
Na classe Industrial, verificou-se um crescimento de 9,3% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete, principalmente, a recuperação da crise mundial. A classe Comercial apresentou crescimento de 3,4% no fornecimento de energia (MWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe Rural apresentou um crescimento de 13,0% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, mesmo apresentando um decréscimo de 0,8% da base de clientes. As demais classes apresentaram um crescimento de 2,6% no fornecimento de energia (MWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

6.4 Perdas Técnicas e Não Técnicas

A ANEEL determina, para cada ano de um período tarifário, o nível máximo de perdas a ser admitido sobre a energia injetada no sistema de distribuição da EDP Bandeirante. Essa determinação pode ser feita mediante a fixação de um valor único para todo o período tarifário ou pela definição de uma "trajetória" ou curva decrescente.

Após incorporar os aprimoramentos metodológicos estabelecidos na Resolução Normativa nº 338/2008, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica, os resultados da segunda revisão tarifária da EDP Bandeirante foram alterados, determinando como trajetória para o período 2009/2010 de 5,04% de Perdas Técnicas, em relação a energia injetada desconsiderando o consumo dos clientes atendidos no nível tarifário A1, e 17,99% para Perdas Não Técnicas, em relação ao mercado faturado de baixa tensão. Para o período 2010/2011 foram estipulados os mesmos valores de 5,04%, para Perdas Técnicas, e 16,12% para Perdas Não Técnicas. Com relação aos valores verificados, constatou-se um acréscimo de 0,30 p.p., nas Perdas Técnicas, bem como um decréscimo de 0,39 p.p. nas Perdas não Técnicas em relação a 2009, em função da retomada do crescimento econômico.



(\*) Em 2007 foi revista pela ANEEL a metodologia de cálculo das perdas

6.5 Combate às Perdas Não Técnicas

A EDP Bandeirante vive um contexto regulatório de crescente pressão em torno do tema perdas comerciais, pois configura-se como um dos principais tópicos da agenda da ANEEL, tendo sido implementadas um conjunto de medidas traduzidas em metas mais exigentes para as Distribuidoras.

Diante deste contexto, o Planejamento Estratégico 2010-2012, estabeleceu um incremento no Programa de Combate às Perdas, cujas principais ações foram implantadas em 2010, o que resultou na redução das perdas não técnicas em comparação ao ano de 2009. Destacam-se destas ações a regularização de 13,3 mil ligações clandestinas, a substituição de 34 mil medidores e a realização de 86,5 mil inspeções em unidades consumidoras com a identificação de 7.970 irregularidades, com uma recuperação efetiva de 30,5 GWh.

Outros investimentos foram realizados em ações que contribuíram para a redução das perdas não técnicas: a implantação de leitura remota em 100% dos clientes do grupo A; a exteriorização da medição de 121 instalações de média tensão com a finalidade de fiscalização e a concretização do Projeto Boa Energia Solar, que prevê a eficientização energética em 1680 apartamentos, em parceria com a CDHU, caracterizando-se como projeto pioneiro em condomínios verticais, em âmbito nacional, já em fase de conclusão.

Diante do desafio em atender a trajetória estabelecida pelo Regulador, iniciou-se o Projeto de Revenue Assurance, com a contratação de consultoria especializada para desenvolver e aperfeiçoar modelo de gestão de perdas com base em melhores práticas e definição de processos e ações inovadoras e plano de ação para captura de valor.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Bandeirante oferece uma estrutura de atendimento segmentada de acordo com o nível de tensão e classe tais como baixa tensão, média e alta tensão e entidades Municipais, Federais e Estaduais entre outros. Oferecendo diversos canais de relacionamento com o cliente tais como Call Center, Lojas de Atendimento Presencial, Internet, atendimento aos Grandes Clientes e atendimento ao Poder Público.

Para isso a EDP Bandeirante conta uma moderna Central de Atendimento Telefônico (Call Center), em conformidade com as exigências do órgão regulador ANEEL e ao decreto 6.523 de 2008 - Lei do SAC, com infraestrutura e parque tecnológico de ponta dedicada para melhor atender seus clientes de baixa e média. Essa Central está estruturada para atendimentos emergências e comerciais, com opção de atendimento humano e eletrônico, em 2010, 2.788 mil clientes utilizaram este canal. Disponibiliza uma Agência Virtual que possibilita aos clientes à solicitação de serviços, consultas e utilidades, registrando um total de 7.119 mil consultas e serviços.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Bandeirante está presente em 26 Municípios da sua área de concessão, com uma estrutura composta por 25 lojas de atendimento presencial, que por sua vez atenderam 1.257 mil. Para os clientes de média e alta tensão, além do atendimento telefônico e internet, o relacionamento é realizado através de Gestores de Clientes, que atendem presencialmente 2,2 mil clientes por ano.

As Entidades Municipais, Estaduais e Federais contam com uma estrutura exclusiva para atendimento, com opção de atendimento telefônico, eletrônico, presencial, com a realização de 8,7 mil serviços atendidos em 2010. A Ouvidoria da EDP Bandeirante é responsável por acolher as reclamações, elogios, sugestões e críticas dos clientes com garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações além da atribuição de instância administrativa de recursos, como ainda estabelecer a intermediação com os Órgãos Regulamentares ARSESP e ANEEL.

Para o atendimento aos Procons e demais órgãos de Defesa do Consumidor, também é oferecida estrutura exclusiva de atendimento com um Call Center gratuito, localizado em Mogi das Cruzes, bem como as providências e respostas referentes às reclamações formais e processos administrativos. A empresa, com o objetivo de oferecer maior comodidade aos clientes no pagamento de sua fatura de energia elétrica, disponibiliza, além dos pagamentos eletrônicos (internet, débito automático, auto pagamento), 1.046 pontos de pagamento, distribuídos em agentes lotéricos, bancos e correspondentes bancários.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADEE

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a EDP Bandeirante participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes. Em 2010, a EDP Bandeirante atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 76,8%. O ponto da pesquisa a destacar é o ISG - Índice de Satisfação Geral avaliado em 79,5%, ficando acima da média ABRADEE (78,0%).

8. INVESTIMENTOS

Os investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 188,95 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento, entretanto estão sendo considerados R\$ 11,45 milhões relativos aos juros financeiros para atendimentos as normas de contabilização internacional (IFRS).

Investimento - R\$ Mil	Janeiro - Dezembro		Var. R\$ Mil
	2010	2009	
Expansão de Rede	125.498	66.267	59.231
Melhoramento da Rede	50.780	52.136	(1.356)
Universalização	7.003	10.809	(3.806)
Telecom., Informática e Outros	21.153	18.353	2.800
<b>Subtotal</b>	<b>204.434</b>	<b>147.565</b>	<b>56.869</b>
(-) Obrigações Especiais (1)	(15.486)	(9.962)	(5.524)
<b>Investimento Líquido</b>	<b>188.948</b>	<b>137.603</b>	<b>51.345</b>

(1) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos.

8.1 Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento a demanda de mercado foram investidos R\$ 125,5 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição, visando à ligação de novos clientes e à instalação de sistemas de medição. Vale destacar que, deste montante, R\$ 46,3 milhões, foram destinados a construção de novas subestações e linhas além da ampliação e recapacitação de ativos dessa natureza. No que tange a novas subestações foi concluída a SE Pedreira (66 MVA), e iniciadas a construção de

quatro novas Subestações de distribuição: Satélite (120 MVA), Kida Macedo (40 MVA), Jardim (40 MVA) e Araretama (40 MVA), que atenderão as regiões de Itaquaquecetuba, Guarulhos e Taubaté/Pindamonhangaba, respectivamente.

Neste ano concluíram-se as ampliações/remodações das subestações Suzano, Guararema, Caraguatatuba, Massaguaçu, Vale do Sol e José Centro. Foi recapacitado o RAE (Ramal Aéreo de Subestação) César de Souza, propiciando o aumento da Potência de cada circuito de 46 MVA para 120 MVA, permitindo suprir toda a carga com um único circuito. Nessa obra, que está localizada em Área de Preservação Permanente (APP), foi utilizado o cabo ACCR (Cabo de Alumínio com Reforço de Cerâmica) que possibilitou a substituição dos originais aproveitando as estruturas das torres existentes evitando impactos ambientais.

8.2 Melhoria da Rede

Os investimentos em melhoria de redes totalizaram R\$ 50,8 milhões, que foram aplicados, principalmente, na substituição de equipamentos e medidores obsoletos, no recondutoramento de redes em final de vida útil e em ações de combate às perdas não técnicas. Tais medidas propiciam a modernização do sistema elétrico, com melhoria de qualidade do fornecimento de energia elétrica.

8.3 Universalização

Os investimentos na Universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica totalizaram R\$ 7,0 milhões, que foram destinados à ligação, dos clientes da área urbana e rural com demanda inferior a 50 kW, dentre os quais estão aqueles abrangidos pelo Programa Luz para Todos. Neste Programa, a EDP Bandeirante somou esforços, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua.

8.4 Tecnologia da Informação

Foram investidos o total de R\$ 3,8 milhões, sendo que R\$ 1,0 milhão refere-se às aquisições de Hardwares e Softwares necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações que visa à otimização e organização dos processos da organização. Além de diminuindo o risco de indisponibilidades e falhas por obsolescência. Além de R\$ 2,8 milhões referente aos projetos necessários para atender as obrigações Fiscais, Legais e Órgãos Regulatórios. O principal projeto investido refere-se à Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS para atender a homologação da nova resolução normativa ANEEL nº 414/2010 que trata da revisão da Resolução Normativa ANEEL nº 456/2000 que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. A revisão também incorpora regras afins contidas em várias resoluções da ANEEL, como as resoluções nº 457/2000, nº 615/2002, nº 258/2003, nº 61/2004, nº 207/2006, nº 250/2007, nº 363/2009, nº 373/2009 e nº 384/2009, entre outras.

8.5 Automação e Telecomunicações Operativas

Os investimentos em Automação e Telecomunicações totalizaram R\$ 5,9 milhões e destaca-se, entre as diversas ações, a implantação de novos sites de Telecomunicações, que fazem parte da Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade, interligando via rádio digital o COS com o site de contingência em São José dos Campos - COR e diversas subestações, permitindo o início da operação das comunicações de dados entre o Sistema SCADA e os Sistemas de Comando e Controle das Subestações. No Sistema PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia, que é a plataforma para interface e processamento avançado de tele supervisão e telecontrole de Religadores Automáticos da rede de média tensão, pequenas subestações e chaves de alta tensão no circuito de 138 kV, foi ampliado o investimento em R\$ 2,1 milhões, para o atendimento a implantação de microrremotas celulares nas Subestações e transporte de dados do sistema CAE local, integrado a Base de Dados do Sistema PLATOE GRID, com grandezas elétricas de oscilografia, power quality, SAG, SWEL e eventos. No Sistema RTDAC - Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade de Rádio Digital também passou a cobrir, em 2010, os sites de Lorena e Poá. Para a melhoria contínua do processo operativo foi desenvolvido o sistema SDM - Sistema de Despacho Móvel, para utilização pela equipe de Linhas de Transmissão, que permite o envio de ordens de serviço às viaturas, de forma digital, através de comunicação via rádio VHF; na eventualidade da impossibilidade de comunicação via rádio, a cobertura se dá via GPRS. Esse sistema tem como prioritário a utilização das equipes pelo COS, visando o atendimento às ocorrências em tempo real, contudo a ferramenta será implantada com o despacho das viaturas pelas equipes de Planejamento da Manutenção, enviado o roteiro das vistorias e através do palm envio das ordens com as informações dos resultados auferidos.

A rede de MT teve a incorporação de 34 sistemas de Transferências Automáticas de carga entre alimentadores, telecomandas e telesupervisionadas através do Sistema PLATOE/SCADA, totalizando 40 Transferências Automáticas. Desta forma 240 mil clientes são atendidos pelas Transferências Automáticas, beneficiando 14,47% da base de clientes da EDP Bandeirante.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho de qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores técnicos que medem a continuidade no fornecimento de energia, DEC e FEC, são influenciados pelas condições climáticas. A área de concessão da EDP Bandeirante foi severamente atingida por temporais no primeiro trimestre de 2010, da mesma forma que parte do Estado de São Paulo, com o registro de situações de emergência e de estado de calamidade pública em diversos municípios.

Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DEC - Horas	9,02	8,82	9,60	11,34	12,77	12,18
FEC - Vezes	6,14	5,51	5,91	6,30	6,43	7,05
DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano)						
FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano)						

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas**

Descrição	2010	2009	Var. %
<b>Subestações</b>			
<b>Quantidade</b>	<b>59</b>	<b>59</b>	<b>-</b>
<b>Potência Instalada de Transformadores (MVA)</b>	<b>3.261</b>	<b>3.130</b>	<b>4,2</b>
<b>Redes de Distribuição - Própria (Km)</b>	<b>26.631</b>	<b>25.230</b>	<b>5,6</b>
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	923	894	3,2
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 KV)	13.482	13.327	1,2
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 KV)	12.226	11.009	11,1
<b>Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)</b>	<b>56.797</b>	<b>55.295</b>	<b>2,7</b>
Transformador de Distribuição - Urbano	41.354	40.429	2,3
Transformador de Distribuição - Rural	15.393	14.816	3,9
Transformador de Distribuição - Subterrâneo	50	50	
<b>Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)</b>	<b>2.968</b>	<b>2.873</b>	<b>3,3</b>
Potência Instalada na Distribuição - Urbano	2.580	2.502	3,1
Potência Instalada na Distribuição - Rural	362	345	4,9
Potência Instalada na Distribuição - Subterrâneo	26	26	
<b>Postes em Redes de Distribuição - Quantidade (Km)</b>	<b>521.228</b>	<b>515.246</b>	<b>1,2</b>
Postes em Redes de Distribuição - Urbano	395.388	392.376	0,8
Postes em Redes de Distribuição - Rural	125.840	122.870	2,4
<b>Iluminação Pública</b>			
Lâmpadas - Unidades (de Propriedade da Empresa)	276.131	271.108	1,9
Lâmpadas - Unidades (de Propriedade dos Municípios)	63.511	63.327	0,3
Redes BT - Km (menor que 1 KV)	2.394	2.026	18,2

**10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

**10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

Em 2010, foram concluídos 3 projetos de P&D e iniciados outros 15, totalizando assim 38 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 3,9 milhões. Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Bandeirante destaca o projeto *ClimaGrid*, o qual pretende avaliar as influências das variáveis climáticas nas ocorrências nas redes de distribuição, além de estar participando de quatro projetos relacionados às chamadas estratégicas da ANEEL, projetos estes que trazem temas de grande relevância ao setor elétrico nacional, e exigem um grande esforço conjunto e coordenado de várias empresas do setor.

A maioria dos resultados obtidos nos projetos de P&D foi divulgada à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas. Internamente, buscou-se disseminar o conhecimento obtido através da realização de seminários internos e cursos de capacitação aos colaboradores.

**10.2 Eficiência Energética**

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Bandeirante, em 2010, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE, aprovados pela ANEEL para o ciclo 2006/2007, PEE 2008, PEE 2009 e PEE 2010, totalizando assim 11 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 30,3 milhões. Dentre esses projetos destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades de baixa renda, que tem contribuído de maneira determinante para a redução das instalações clandestinas e irregulares, comuns em áreas carentes. De out/09 até dez/10 (PEE 2009), foram atendidas mais de 30 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações de educação, orientação e fornecimento gratuito de 120 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de economia. No segundo semestre de 2010, iniciou-se a execução de mais um Projeto de Eficiência Energética em Conjuntos Habitacionais de Baixa Renda, localizados no município de Pindamonhangaba, que preveem a substituição dos chuveiros elétricos, utilizados nas residências de 798 famílias, por uma alternativa de aquecimento solar e doação de lâmpadas econômicas, com a execução de mais esse projeto atingimos a marca de 2.478 unidades consumidoras beneficiadas neste programa.

**11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

DRE - R\$ Mil	Janeiro - Dezembro 2009		
	2010	Ajustado	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.701.617	3.338.999	10,9
(-) Deduções à Receita Operacional	(1.442.361)	(1.246.771)	15,7
(=) <b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.259.256</b>	<b>2.092.228</b>	<b>8,0</b>
(-) <b>Despesas Operacionais:</b>	<b>1.844.836</b>	<b>1.690.610</b>	<b>9,1</b>
<b>Gerenciáveis</b>	<b>377.399</b>	<b>395.916</b>	<b>(4,7)</b>
Pessoal e Adm./ Entidades de			
Previdência Privada	102.836	110.542	(7,0)
Material	10.093	9.187	9,9
Serviços de Terceiros	121.545	105.480	15,2
Depreciação e Amortização	84.111	84.132	0,0
Provisão p/ Créd. Liq. Duvidosa/ Perdas Líquidas	38.585	47.649	(19,0)
Provisões para Contingências	3.090	9.700	(68,1)
Aluguéis e Arrendamentos	(7.714)	1.627	(574,1)
Outras	24.853	27.599	(9,9)
<b>Não Gerenciáveis</b>	<b>1.467.437</b>	<b>1.294.694</b>	<b>13,3</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.072.075	970.497	10,5
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	389.731	319.008	22,2
Taxa de Fiscalização e Programa Efic. Energética	5.631	5.189	8,5
(=) <b>Resultado do Serviço</b>	<b>414.420</b>	<b>401.618</b>	<b>3,2</b>
<b>Margem do EBIT - %</b>	<b>18,3%</b>	<b>19,2%</b>	<b>-0,9 p.p.</b>
<b>EBITDA</b>	<b>498.531</b>	<b>485.750</b>	<b>2,6</b>
<b>Margem do EBITDA - %</b>	<b>22,1%</b>	<b>23,2%</b>	<b>-1,1 p.p.</b>

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 8,0% no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 2.259,26 milhões. A elevação verificada de R\$ 167,03 milhões pode ser decomposta da seguinte forma: i) crescimento de R\$ 362,62 milhões da receita bruta, devido ao aumento do fornecimento de energia dos clientes cativos, uso do sistema da rede e suprimentos sendo a variação de R\$ 307,21 milhões e R\$ 55,41 milhões de outras receitas;

ii) aumento das deduções da receita operacional em R\$ 195,59 milhões, sendo a principal variação dos impostos e contribuições de R\$ 150,05 milhões e outras deduções em R\$ 45,54 milhões.

A receita de fornecimento a clientes finais (líquida de ICMS) apresentou um incremento de 15,0% no período findo em 31 de dezembro de 2010, atingindo R\$ 1.316,91 milhões, já contemplando a dedução de R\$ 1.182,06 milhões de receita de uso das instalações. Já a receita considerando os clientes finais (clientes cativos) e a energia em trânsito (clientes livres) e suprimentos, totalizou R\$ 1.571,80 milhões, apresentando um aumento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 1.844,84 milhões no período acumulado até 31 de dezembro de 2010, superiores em 9,1% aos verificados no mesmo período do ano anterior. As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Bandeirante, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, reduziram em 2010, R\$ 18,52 milhões, correspondente a -4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as despesas operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" - CVA. As despesas não gerenciáveis totalizaram no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 1.467,44 milhões, superior em 13,3% ao praticado no mesmo período do ano anterior.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R\$ 414,42 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2010, superior em 3,2% ao obtido em igual período no ano anterior. Verificou-se um aumento da margem líquida de 12,3% no período findo em 31 de dezembro de 2010 versus 13,4% no período findo em 31 de dezembro de 2009. O EBITDA do período foi de R\$ 498,53 milhões, superior em 2,6% ao obtido no mesmo período do ano anterior, entretanto a margem EBITDA de 23,2% em 2009 para 22,1% no período acumulado até 31 de dezembro de 2010, devido ao aumento das Deduções à Receita (15,7%) terem sido maior que o crescimento da Receita Bruta (10,9%).

O Resultado Financeiro do período acumulado até 31 de dezembro de 2010, R\$ 3,94 milhões positivos, apresentou uma variação positiva de R\$ 8,70 milhões em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento das receitas financeiras em R\$ 41,73 milhões, porém houve também aumento das despesas financeiras em R\$ 33,03 milhões. No período acumulado até 31 de dezembro de 2010, a EDP Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R\$ 278,24 milhões, inferior em 0,6% ao registrado em igual período do ano anterior, devido a reversão dos juros sobre capital próprio menor em 5,0% que em 2009.

**11.1 Endividamento**

Endividamento - R\$ Mil	Saldo em Dez/09		
	Dez/10	Ajustado	Var. %
Dívida Bancária <sup>(1)</sup>	734.985	696.664	5,5
(-) Disponibilidades	(364.086)	(337.731)	7,8
(=) <b>Dívida Bancária Líquida</b>	<b>370.899</b>	<b>358.933</b>	<b>3,3</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de "Swap". Em 31 de dezembro de 2010, a EDP Bandeirante apresentou um endividamento bancário de R\$ 734,98 milhões, fechando o ano de 2010 em 5,5% superior com relação ao mesmo período de 2009.

A dívida bancária da EDP Bandeirante em 31 de dezembro de 2010 foi composta por R\$ 497,25 milhões de debêntures, R\$ 154,02 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES e outros bancos) e de R\$ 83,72 milhões de financiamentos junto à Eletrobras e outros financiamentos (Cédula de Crédito Bancário). Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida representou 0,7 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (0,7 vezes em frente a 2009).

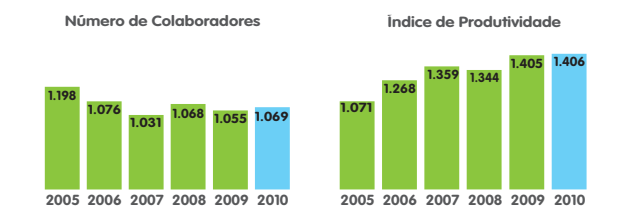
**12. GESTÃO DE PESSOAS**

Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Bandeirante, durante o ano de 2010 realizamos ações baseadas nos três pilares do Programa de Desenvolvimento de Liderança: desenvolvimento, alinhamento e atualização. Com objetivo de promover a cultura organizacional da EDP, reestruturamos o programa de integração para novos colaboradores e lançamos o Projeto "Reforço Vencer", com o objetivo de aprofundar os conhecimentos dos colaboradores sobre os 5 comportamentos. Adicionalmente, reforçamos a nossa "Gestão de Ética" através do lançamento do treinamento *e-learning* sobre o tema e a entrega do Código de Ética para todos os colaboradores.

No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, entre outros. Asseguramos nossa estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, revisamos nossa Política de Cargos e Salários e aplicamos nossa política de mérito.

**12.1 Força de Trabalho**

Em 2010 o índice de produtividade atingindo o número de 1.406 clientes por empregado, finalizando o ano com um quadro de pessoal de 1.069 colaboradores e 5 diretores estatutários, totalizando 1.074.



**12.2 Programa de Benefícios**

A EDP Bandeirante dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

**12.3 Capacitação e Desenvolvimento**

Investimentos na ordem de R\$ 0,54 milhões foram realizados pela Companhia em capacitação, desenvolvimento, atualização dos colaboradores, correspondendo a 34 horas de treinamento, com média de 57 horas por colaborador.

No decorrer do ano, 41 colaboradores foram contemplados com o Programa de Incentivo à Educação Formal, programa realizado desde 2001, que disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao auto desenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

**12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão**

Implantamos o sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de sua carreira na EDP. Criamos oportunidades internas aos nossos colaboradores, alcançando 32% das posições preenchidas por meio de recrutamento e aproveitamento interno.

**12.5 Segurança no Trabalho**

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Bandeirante a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.

(ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2010 as taxas de frequência e gravidade da EDP Bandeirante foram de 1,38 e 9 respectivamente, ao mesmo tempo que as prestadoras de serviços, registraram taxas de frequência e gravidade de 6,47 e 2.213 respectivamente. A Certificação OHSAS (*Occupational Health and Safety Assessment Series*) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação de Estações foi realizada no mês de Março de 2010 seguida pela recertificação em Dezembro de 2010, resultado da auditoria realizada no ano de 2009 na EDP Bandeirante.

Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis é o princípio orientador em se tratando de saúde. Assim, além de exames periódicos, *check up's* (abrangem executivos), visitas técnicas, monitoramentos de dislipidemias, colesterol, hipertensão e diabetes, foram realizadas, em 2010, campanhas de vacinação antigripal, de hepatite, doação de sangue, além de disseminação frequente de boletins relacionados a saúde.

**13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

**13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa**

A EDP Bandeirante manteve a continuidade das ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos. Orientada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e por sua Política de Sustentabilidade, as iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais, visando o aprofundamento do diálogo, estabelecimento de parcerias e criação de valor compartilhado.

Em 2010, os programas socioculturais promovidos e apoiados pela Companhia receberam investimento de R\$ 1,4 milhões e beneficiaram mais de 80 mil pessoas. O programa EDP Solidária apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto à aproximadamente 12.277 pessoas. Com o EDP Cultura, fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando peças teatrais e espetáculos culturais. Já o Programa EDP nas Escolas beneficiou, com a entrega de kits escolares e higiene bucal, 5.480 alunos do 1º ao 5º ano de ensino fundamental de 11 escolas públicas municipais. O Projeto Letras de Luz, cujo objetivo é incentivar o hábito e o gosto pela leitura, alcançou o número de 31.000 beneficiados.

A implementação dessas atividades contou com a participação do grupo de voluntários da EDP Bandeirante, que dedicou seu tempo livre para a promoção da inclusão e da cultura nas comunidades. As práticas de excelência em responsabilidade social corporativa da EDP Bandeirante foram fundamentais para a permanência da EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) pelo quinto ano consecutivo.

**13.2 Meio Ambiente**

Os gastos de natureza ambiental em 2010 da EDP Bandeirante foram de R\$ 3,8 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas. A instalação de 281 km de redes protegidas de distribuição de energia elétrica em 2010 nos municípios de concessão da Companhia proporciona melhor desempenho do sistema e uma convivência mais harmoniosa com a vegetação em áreas urbanizadas, reduzindo a necessidade de supressão e contribuindo diretamente para a paisagem.

Destaca-se também a realização de convênios com prefeituras para a melhoria da qualidade das técnicas de poda utilizadas pela empresa e sua regulamentação junto aos órgãos municipais visando diminuir a interrupção do fornecimento de energia elétrica. Como projeto-piloto, a EDP Bandeirante assinou Convênios de biodiversidade com as prefeituras de Guaratinguetá, Caçapava e Guararema, disponibilizando desde equipamentos para o melhor funcionamento dos viveiros municipais até sementes para produção de mudas de espécies florestais nativas objetivando incrementar a biodiversidade local.

Por fim, visando à prevenção de passivos ambientais, a EDP Bandeirante continua com seu programa de monitoramento de solos e águas subterrâneas em todas as suas instalações, bem como campanhas periódicas de medição de ruídos em subestações.

**14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS**

No decorrer do ano de 2010, a EDP Bandeirante foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu, e recebeu prêmios e destaques atestando a qualidade de sua gestão empresarial: Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica: O projeto de eficiência energética realizado pela EDP Bandeirante com a Prefeitura de Guarulhos recebeu o título de Reconhecimento de Mérito na categoria Gestão Energética Municipal do prêmio atribuído pela Eletrobras, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão: Recebido pela EDP Bandeirante em sua primeira participação, o prêmio é organizado pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão (IPEG) e distingue os melhores sistemas e práticas de gestão do mercado. A EDP Bandeirante recebeu medalha de prata na categoria Grandes Empresas, pelo grau de maturidade das suas práticas de gestão e resultados apresentados.

Reconhecimento no Relatório de Sustentabilidade do BID 2009: As ações socioambientais praticadas pela EDP Bandeirante foram destaque no citado relatório que cita ainda em seu artigo o programa Energia na Comunidade, o prêmio Eloy Chaves de segurança do trabalho, o ISE Bovespa e a recente conquista do certificado ISO 14001. A EDP Bandeirante certificou as subestações Dutra (Guarulhos), Maresias (Litoral Norte) e Vale do Sol (São José dos Campos), na ISO 14001, e a área de Operação e Manutenção de Estações na OHSAS 18001.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**15. BALANÇO SOCIAL - (MODELO IBASE)**

1 - Base de Cálculo		2010 Valor (Mil reais)		2009 Valor (Mil reais) <sup>1</sup>		
Receita Líquida (RL)		2.259.256		2.092.228		
Resultado Operacional (RO)		405.583		390.291		
Folha de pagamento bruta (FPB)		95.215		92.608		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.177	7,54%	0,32%	7.131	7,70%	0,34%
Encargos sociais compulsórios	23.751	24,94%	1,05%	27.335	29,52%	1,31%
Previdência privada	4.997	5,25%	0,22%	17.363	18,75%	0,83%
Saúde	7.395	7,77%	0,33%	10.404	11,23%	0,50%
Segurança e saúde no trabalho	987	1,04%	0,04%	0,00%	0,00%	0,00%
Educação	278	0,29%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.502	1,58%	0,07%	1.896	2,05%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	107	0,11%	0,00%	180	0,19%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	8.291	8,71%	0,37%	12.896	13,93%	0,62%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	1.183	1,24%	0,05%	1.070	1,16%	0,05%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>55.668</b>	<b>58,47%</b>	<b>2,46%</b>	<b>78.275</b>	<b>84,52%</b>	<b>3,74%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	452	0,11%	0,02%	917	0,23%	0,04%
Cultura	731	0,18%	0,03%	2.401	0,62%	0,11%
Saúde e Saneamento	80	0,02%	0,00%	80	0,02%	0,00%
Esporte		0,00%	0,00%	173	0,04%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Outros	119	0,03%	0,01%	257	0,07%	0,01%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>1.382</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,06%</b>	<b>3.827</b>	<b>0,98%</b>	<b>0,18%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais) <sup>2</sup>	1.399.061	344,95%	61,93%	1.218.837	312,29%	58,26%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>1.400.443</b>	<b>345,29%</b>	<b>61,99%</b>	<b>1.222.664</b>	<b>313,27%</b>	<b>58,44%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	3.896	0,96%	0,17%	5.433	1,39%	0,26%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>3.896</b>	<b>0,96%</b>	<b>0,17%</b>	<b>5.433</b>	<b>1,39%</b>	<b>0,26%</b>
Quanto ao Estabelecimento de "Metas Anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:		( ) não possui metas em geral de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas em geral de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010		2009			
Nº de empregados(as) ao final do período <sup>2</sup>		1.074		1.055		
Nº de admissões durante o período		121		84		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		1.390		1.528		
Nº de estagiários(as)		67		61		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		303		290		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		254		251		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		25,9%		26,0%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (*)		122		120		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		6,6%		8,0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		38		17		

**16. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS - Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010**

No processo de convergência das normas internacionais de contabilidade destaca-se a aplicação da interpretação IFRIC 12 - Service Concession Arrangements, referente à contabilização das concessões de serviço público (correlacionada à interpretação técnica brasileira ICPC 01 - Contratos de Concessão), bem como o não reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios, por não se enquadrarem ao IASB Framework (CPC - Estrutura Conceitual). A ANEEL considera que estes ajustes não representam o negócio das concessionárias e, portanto, editou a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, instituindo, assim, a contabilidade regulatória.

Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, segue abaixo a conciliação entre a demonstração financeira societária x regulatória.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

	2010		2009	
	Societário	Ajustes Regulatório (*)	Societário	Ajustes Regulatório (*)
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Consumidores e concessionárias	430.004	5.073	435.077	417.970
Despesas pagas antecipadamente	1.097	58.316	59.413	619
Outros ativos circulantes não afetados	672.075	672.075	572.815	572.815
	<b>1.103.176</b>	<b>63.389</b>	<b>991.404</b>	<b>97.238</b>
<b>Não Circulante</b>				
Ativo financeiro indenizável	135.379	(135.379)	126.195	(126.195)
Consumidores e concessionárias	48.860	2.548	51.408	51.343
Despesas pagas antecipadamente	74.189	74.189	25.508	25.508
Outros ativos não circulantes não afetados	357.805	357.805	302.524	302.524
	<b>542.044</b>	<b>(58.642)</b>	<b>480.062</b>	<b>(90.333)</b>
Investimentos	3.053	3.053	3.262	3.262
Imobilizado	173	1.108.365	1.108.538	1.014.982
Intangível	1.008.393	(972.986)	35.407	931.482
	<b>1.011.619</b>	<b>135.379</b>	<b>1.146.998</b>	<b>126.195</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.656.839</b>	<b>140.126</b>	<b>2.406.426</b>	<b>133.100</b>
(*) não auditado				

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

	2010		2009	
	Societário	Ajustes Regulatório (*)	Societário	Ajustes Regulatório (*)
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Circulante</b>				
Passivos regulatórios		75.010		75.010
Outros passivos circulantes não afetados	1.029.121	1.029.121	1.073.003	1.073.003
	<b>1.029.121</b>	<b>75.010</b>	<b>1.073.003</b>	<b>52.534</b>
<b>Não Circulante</b>				
Passivos regulatórios		51.348		51.348
Outros passivos não circulantes não afetados	807.447	807.447	518.334	518.334
	<b>807.447</b>	<b>51.348</b>	<b>518.334</b>	<b>78.312</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital social	254.628	254.628	254.628	254.628
Reservas de capital	334.728	334.728	334.728	334.728
Reservas de lucros	262.934	13.768	276.702	219.128
Ajustes de avaliação patrimonial	(32.019)	(32.019)	1.348	1.348
Lucros acumulados			5.257	2.254
	<b>820.271</b>	<b>13.768</b>	<b>834.039</b>	<b>817.343</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.656.839</b>	<b>140.126</b>	<b>2.406.426</b>	<b>133.100</b>
(*) não auditado				

6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2010		2009	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		57,20		57,00
Número total de acidentes de trabalho		21		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados
Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 77.023	no Procon 2.191	na Justiça 1.393	na Empresa 67.761
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 83,8%	no Procon 99,82%	na Justiça 24%	na Empresa 88%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2010: 1.879.541</b>		<b>Em 2009: 1.675.199</b>	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	75% governo	5% colaboradores(as)	74% governo	6% colaboradores(as)
	4% acionistas	5% terceiros	3% acionistas	4% terceiros
		11% retido		13% retido

**7 - Outras Informações**

(\*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.  
<sup>(1)</sup> Reajustados de acordo com a norma IFRS (Receita Líquida, Resultado Operacional, Tributos e DVA 2009).  
<sup>(2)</sup> Em 2010 está sendo considerado a quantidade de colaboradores e diretores estatutários.  
 Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.  
 Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.  
 Informações não auditadas.  
**Responsável pelas Informações:** Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2010		2009	
	Societário	Ajustes Regulatório (*)	Societário	Ajustes Regulatório (*)
<b>Receita Operacional</b>	<b>3.701.617</b>	<b>(30.486)</b>	<b>3.671.131</b>	<b>3.338.999</b>
<b>Dedução da Receita Operacional</b>			<b>(19.645)</b>	<b>3.319.354</b>
Encargos do consumidor	(337.478)	2.496	(334.982)	(291.934)
Impostos e contribuições sobre a receita	(1.104.883)		(1.104.883)	(954.837)
	<b>(1.442.361)</b>	<b>2.496</b>	<b>(1.439.865)</b>	<b>(1.246.771)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.259.256</b>	<b>(27.990)</b>	<b>2.231.266</b>	<b>2.092.228</b>
Custo com energia elétrica	(1.461.806)	45.456	(1.416.350)	(1.289.506)
Custo de operação	(236.341)		(236.341)	(213.724)
Custo do serviço prestado a terceiros	(2.429)		(2.429)	(1.583)
Despesas operacionais	(144.260)	767	(143.493)	(185.798)
			(646)	(186.444)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>414.420</b>	<b>18.233</b>	<b>432.653</b>	<b>401.618</b>
Resultado financeiro	3.938	(6.720)	(2.782)	(4.761)
Outros resultados	(12.775)		(12.775)	(6.566)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>405.583</b>	<b>11.513</b>	<b>417.096</b>	<b>390.291</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(127.345)		(127.345)	(110.463)
			(110.463)	(110.463)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>278.238</b>	<b>11.513</b>	<b>289.751</b>	<b>279.828</b>
(*) não auditado				

**17. AUDITORIA EXTERNA**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Bandeirante informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

**18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010.

**19. AGRADECIMENTOS**

A Administração da EDP Bandeirante registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Bandeirante.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Circulante</b>			<i>Ajustado</i>	<i>Ajustado</i>
Caixa e equivalentes de caixa	5	364.086	337.731	129.091
Consumidores e concessionárias	6	430.004	417.970	331.543
Impostos e contribuições sociais	8	199.542	141.332	102.988
Estoques		15.436	8.792	4.461
Cauções e depósitos vinculados	11	362	1.610	14.152
Despesas pagas antecipadamente	7	1.097	619	464
Outros créditos	12	92.649	83.350	68.726
		<b>1.103.176</b>	<b>991.404</b>	<b>651.425</b>
<b>Não circulante</b>				
Ativo financeiro indenizável	13	135.379	126.195	94.250
Consumidores e concessionárias	6	48.860	51.343	97.156
Impostos e contribuições sociais	8	19.481	16.791	18.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	209.117	237.640	296.220
Partes relacionadas	10	963	2.045	1.961
Cauções e depósitos vinculados	11	115.798	30.302	48.270
Despesas pagas antecipadamente	7			1
Outros Créditos	12	12.446	15.746	9.825
		<b>542.044</b>	<b>480.062</b>	<b>566.208</b>
<b>Investimentos</b>	2.3.d	3.053	3.262	3.475
<b>Imobilizado</b>	14	173	216	271
<b>Intangível</b>	15	1.008.393	931.482	914.229
		<b>1.011.619</b>	<b>934.960</b>	<b>917.975</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.656.839</b>	<b>2.406.426</b>	<b>2.135.608</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS****EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009
			<i>Ajustado</i>
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>2.259.256</b>	<b>2.092.228</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.103.439)	(1.000.843)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(358.367)	(288.662)
	25	<b>(1.461.806)</b>	<b>(1.289.505)</b>
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal		(63.449)	(65.470)
Materiais e serviços de terceiros		(81.395)	(59.153)
Depreciações e amortizações		(73.205)	(74.042)
Outros custos de operação		(18.292)	(15.059)
	25	<b>(236.341)</b>	<b>(213.724)</b>
		<b>(1.698.147)</b>	<b>(1.503.229)</b>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	25	(2.429)	(1.583)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>558.680</b>	<b>587.416</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	25	(38.669)	(49.951)
Despesas gerais e administrativas	25	(86.435)	(110.199)
Depreciações e amortizações	25	(10.906)	(10.090)
Outras despesas operacionais	25	(8.250)	(15.558)
		<b>(144.260)</b>	<b>(185.798)</b>
<b>Resultado do serviço</b>		<b>414.420</b>	<b>401.618</b>
Receitas financeiras	26	101.330	59.601
Despesas financeiras	26	(97.392)	(64.362)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>3.938</b>	<b>(4.761)</b>
Outras receitas		1.502	2.973
Outras despesas		(14.277)	(9.539)
<b>Outros resultados</b>		<b>(12.775)</b>	<b>(6.566)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>405.583</b>	<b>390.291</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(82.433)	(65.842)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(44.912)	(44.621)
		<b>(127.345)</b>	<b>(110.463)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>278.238</b>	<b>279.828</b>
<b>Lucro básico por lote de mil ações - R\$</b>		7,12	7,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO****EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2010	2009
		<i>Ajustado</i>
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>3.664.534</b>	<b>3.294.323</b>
Receita operacional	3.701.617	3.338.999
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(38.585)	(47.649)
Outras receitas	1.502	2.973
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.802.212)</b>	<b>(1.594.593)</b>
Custos da energia comprada	(1.226.565)	(1.102.977)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(389.731)	(319.008)
Materiais	(10.093)	(9.187)
Serviços de terceiros	(121.545)	(105.480)
Outros custos operacionais	(54.278)	(57.941)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.862.322</b>	<b>1.699.730</b>
Depreciações e amortizações	(84.111)	(84.132)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>1.778.211</b>	<b>1.615.598</b>
Receitas financeiras	101.330	59.601
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.879.541</b>	<b>1.675.199</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	55.451	67.800
Benefícios	21.382	15.408
FGTS	7.694	9.876
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	657.105	579.218
Estaduais	756.533	653.909
Municipais	3.733	3.169
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	97.392	64.364
Aluguéis	2.013	1.627
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	38.104	40.090
Dividendos	29.227	17.363
	<b>1.668.634</b>	<b>1.452.824</b>
Lucros retidos	210.907	222.375
	<b>1.879.541</b>	<b>1.675.199</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Circulante</b>			<i>Ajustado</i>	<i>Ajustado</i>
Fornecedores	16	302.629	238.234	208.741
Impostos e contribuições sociais	8	265.584	194.247	120.069
Dividendos	23.2	61.614	51.439	40.835
Debêntures	17	109.245	87.892	94.364
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	67.219	300.592	76.339
Benefícios pós-emprego	19	19.245	21.011	27.036
Obrigações estimadas com pessoal	20	20.920	20.970	19.762
Encargos regulamentares e setoriais	21	98.061	62.745	64.785
Provisões	22	6.572	7.630	5.255
Outras contas a pagar	12	78.032	88.243	100.457
		<b>1.029.121</b>	<b>1.073.003</b>	<b>757.643</b>
<b>Não circulante</b>				
Impostos e contribuições sociais	8	34.291	36.194	694
Impostos e contribuições sociais diferidos			694	
Debêntures	17	388.001	83.297	166.384
Empréstimos e financiamentos	18	170.520	224.883	187.501
Benefícios pós-emprego	19	100.865	61.918	89.043
Partes relacionadas	10	15	534	619
Encargos regulamentares e setoriais	21	7.064	4.961	586
Provisões	22	69.410	68.254	123.095
Reserva para reversão e amortização	2.3.p	17.248	17.248	17.248
Outras contas a pagar	12	20.033	20.351	19.444
		<b>807.447</b>	<b>518.334</b>	<b>603.920</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	23.1	254.628	254.628	254.628
Reservas de capital	23.3	334.728	334.728	334.728
Reservas de lucros	23.3	262.934	219.128	234.095
Ajustes de avaliação patrimonial	23.3	(32.019)	1.348	(16.741)
Lucros (Prejuízos) acumulados			5.257	(32.665)
		<b>820.271</b>	<b>815.089</b>	<b>774.045</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.656.839</b>	<b>2.406.426</b>	<b>2.135.608</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2010	2009
		<i>Ajustado</i>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	278.238	279.828
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	34.212	50.415
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	44.912	44.620
Depreciações e amortizações	84.111	84.132
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	18.997	8.771
Fornecedores	11.414	14.303
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	68.527	56.903
Benefícios pós-emprego	(4.883)	(10.217)
Provisões para contingências	13.567	4.076
Encargos regulamentares e setoriais	25.233	23.102
Cauções e depósitos vinculados - atualização monetária	(14.861)	14.637
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	7.506	
Outros	(471)	670
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(43.763)	(91.029)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(62.857)	(36.610)
Impostos e contribuições sociais diferidos		694
Estoques	(6.173)	(5.001)
Cauções e depósitos vinculados	(69.387)	15.873
Despesas pagas antecipadamente	(478)	(154)
Outros créditos	(5.999)	(20.547)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	52.981	15.190
Impostos e contribuições sociais correntes	58.273	57.293
Obrigações estimadas com pessoal	(50)	1.208
Provisões para contingências	(13.472)	(4.858)
Outras obrigações	(6.834)	(27.598)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>468.743</b>	<b>475.701</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado e intangível	(188.948)	(141.810)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(188.948)</b>	<b>(141.810)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	563	(169)
Dividendos pagos	(223.797)	(240.255)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - ingressos	399.528	340.562
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(429.734)	(225.389)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(253.440)</b>	<b>(125.251)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>26.355</b>	<b>208.640</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	364.086	337.731
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	337.731	129.091
	<b>26.355</b>	<b>208.640</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009</b>						
<b>antes adoção das novas práticas</b>	<b>254.628</b>	<b>334.728</b>	<b>90.675</b>			<b>680.031</b>
Ajuste adoção das novas práticas				(16.741)	(32.665)	(49.406)
Dividendo adicional proposto			143.420			143.420
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2009 (Ajustado)</b>	<b>254.628</b>	<b>334.728</b>	<b>234.095</b>	<b>(16.741)</b>	<b>(32.665)</b>	<b>774.045</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2009			(143.420)			(143.420)
Reversão de reserva para distribuição de dividendos - AGE de 03/06/2009 e 16/09/2009			(56.000)			(56.000)
Lucro líquido do exercício					279.828	279.828
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			12.095		(12.095)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(40.090)	(40.090)
Dividendos propostos					(17.363)	(17.363)
Dividendo adicional proposto			172.358		(172.358)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				27.408		27.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(9.319)		(9.319)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)</b>	<b>254.628</b>	<b>334.728</b>	<b>219.128</b>	<b>1.348</b>	<b>5.257</b>	<b>815.089</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2010			(172.358)			(172.358)
Lucro líquido do exercício					278.238	278.238
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			14.174		(14.174)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(38.104)	(38.104)
Dividendos propostos					(29.227)	(29.227)
Dividendo adicional proposto			201.990		(201.990)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(50.556)		(50.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				17.189		17.189
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>254.628</b>	<b>334.728</b>	<b>262.934</b>	<b>(32.019)</b>	-	<b>820.271</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto operacional**

Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou Bandeirante), Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/1998 - ANEEL pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 26 de fevereiro de 2010 a Companhia assinou o Quarto Termo Aditivo ao contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 202/1998 proposto pela ANEEL, alterando os procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando a neutralidade dos Encargos Setoriais da Parcela "A" da Receita Anual da Companhia a partir dos reajustes tarifários anuais de 2010.

**2. Práticas contábeis**

**2.1. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2013, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e legislação específica emanada pela ANEEL.

De acordo com o item nº 10 do CPC 26 a Companhia optou por apresentar os resultados abrangentes nas Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

**2.2. Demonstrações financeiras de 2009**

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normalizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

**2.3. Resumo das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

**b) Contas a receber**

**• Consumidores e concessionárias (Nota 6)**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
- (ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 26);
- (iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1); e
- (iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

**• Ativo financeiro indenizável (Nota 13)**

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

**c) Estoques**

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

**d) Investimentos**

Inclui os investimentos em terrenos e imóveis, avaliados ao custo de aquisição, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufera uma renda.

**e) Imobilizado (Nota 14)**

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

**f) Ativo intangível (Nota 15)**

O ativo intangível compreende:

- Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.
- Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia.

**g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**h) Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

**i) Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**j) Fornecedores (Nota 16)**

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

**k) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 18)**

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, e para os empréstimos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

**l) Provisões**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 27)**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis, segundo a legislação vigente, de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

**o) Benefícios pós-emprego (Nota 19)**

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 19. Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial.

**p) Reserva para reversão e amortização**

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

**q) Capital social (Nota 23.1)**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

**r) Dividendos (Nota 23.2)**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**s) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos

tos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, que estão reconhecidos no resultado.

**t) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 2.3.o.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Juro ou ganho de receita - baixa renda; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; e Planos de benefícios pós-emprego.

**u) Instrumentos financeiros (Nota 28)**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento  
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado  
Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis  
Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros de derivativos  
Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subseqüentemente, este valor justo é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período. O reconhecimento das variações de valor justo destes derivativos, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

**v) Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

**x) Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**y) Contratos de concessão**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A ICPC 01 é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplicam-se os dois modelos.

• Modelo do ativo financeiro  
Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

• Modelo do ativo intangível  
Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado  
Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários. A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 e 2010 na data de transição

3.1. Reconciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	129.091		129.091
Consumidores e concessionárias	347.271	(15.728)	331.543
Impostos e contribuições sociais	97.966	5.022	102.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79.022	(79.022)	—
Estoques	4.461		4.461
Cauções e depósitos vinculados	14.152		14.152
Despesas pagas antecipadamente	464		464
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	64.555	(64.555)	—
Outros créditos	69.720	(994)	68.726
	<b>806.702</b>	<b>(155.277)</b>	<b>651.425</b>
<b>Não circulante</b>			
Ativo financeiro indenizável		94.250	94.250
Consumidores e concessionárias	101.419	(4.263)	97.156
Impostos e contribuições sociais	18.525		18.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	203.526	92.694	296.220
Partes relacionadas	1.961		1.961
Cauções e depósitos vinculados	48.270		48.270
Despesas pagas antecipadamente	1		1
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	48.237	(48.237)	—
Outros créditos	9.825		9.825
	<b>431.764</b>	<b>134.444</b>	<b>566.208</b>
Investimentos	681	2.794	3.475
Imobilizado	955.212	(954.941)	271
Intangível	56.332	857.897	914.229
	<b>1.012.225</b>	<b>(94.250)</b>	<b>917.975</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.250.691</b>	<b>(115.083)</b>	<b>2.135.608</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Anteriormente publicado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Ajustado ao CPC</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	208.741		208.741
Impostos e contribuições sociais	131.848	(11.779)	120.069
Dividendos	184.255	(143.420)	40.835
Debêntures	94.316	48	94.364
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	76.339		76.339
Benefícios pós-emprego	27.036		27.036
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	53.408	(53.408)	—
Obrigações estimadas com pessoal	20.756	(994)	19.762
Encargos regulamentares e setoriais	64.785		64.785
Provisões	5.255		5.255
Outras contas a pagar	104.649	(4.192)	100.457
	<b>971.388</b>	<b>(213.745)</b>	<b>757.643</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	166.075	309	166.384
Empréstimos e financiamentos	187.501		187.501
Benefícios pós-emprego	63.678	25.365	89.043
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	7.572	(7.572)	—
Partes relacionadas	619		619
Encargos regulamentares e setoriais	586		586
Provisões	123.095		123.095
Reserva para reversão e amortização	17.248		17.248
Outras contas a pagar	32.898	(13.454)	19.444
	<b>599.272</b>	<b>4.648</b>	<b>603.920</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	254.628		254.628
Reservas de capital	334.728		334.728
Reservas de lucros	90.675	143.420	234.095
Ajustes de avaliação patrimonial		(16.741)	(16.741)
Prejuízos acumulados		(32.665)	(32.665)
	<b>680.031</b>	<b>94.014</b>	<b>774.045</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.250.691</b>	<b>(115.083)</b>	<b>2.135.608</b>

3.2. Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	337.731		337.731
Consumidores e concessionárias	445.628	(27.658)	417.970
Impostos e contribuições sociais	140.120	1.212	141.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.456	(70.456)	—
Estoques	8.792		8.792
Cauções e depósitos vinculados	1.610		1.610
Despesas pagas antecipadamente	619		619
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	69.580	(69.580)	—
Outros créditos	84.170	(820)	83.350
	<b>1.158.706</b>	<b>(167.302)</b>	<b>991.404</b>
<b>Não circulante</b>			
Ativo financeiro indenizável		126.195	126.195
Consumidores e concessionárias	61.697	(10.354)	51.343
Impostos e contribuições sociais	16.791		16.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	167.471	70.169	237.640
Partes relacionadas	2.045		2.045
Cauções e depósitos vinculados	30.302		30.302
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	25.508	(25.508)	—
Outros créditos	15.746		15.746
	<b>319.560</b>	<b>160.502</b>	<b>480.062</b>
Investimentos	681	2.581	3.262
Imobilizado	1.013.602	(1.013.386)	216
Intangível	42.695	888.787	931.482
	<b>1.056.978</b>	<b>(122.018)</b>	<b>934.960</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.535.244</b>	<b>(128.818)</b>	<b>2.406.426</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Anteriormente publicado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Ajustado ao CPC</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	238.234		238.234
Impostos e contribuições sociais	193.580	667	194.247
Dividendos	223.797	(172.358)	51.439
Debêntures	87.632	260	87.892
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	300.592		300.592
Benefícios pós-emprego	21.011		21.011
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	23.299	(23.299)	—
Devolução tarifária	28.090	(28.090)	—
Obrigações estimadas com pessoal	21.790	(820)	20.970
Encargos regulamentares e setoriais	62.745		62.745
Provisões	7.627	3	7.630
Outras contas a pagar	89.389	(1.146)	88.243
	<b>1.297.786</b>	<b>(224.783)</b>	<b>1.073.003</b>

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições sociais	36.194		36.194
Impostos e contribuições sociais diferidos		694	694
Debêntures	83.248	49	83.297
Empréstimos e financiamentos	224.883		224.883
Benefícios pós-emprego	67.366	(5.448)	61.918
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	53.879	(53.879)	—
Partes relacionadas	534		534
Encargos regulamentares e setoriais	4.961		4.961
Provisões	68.235	19	68.254
Reserva para reversão e amortização	17.248		17.248
Outras contas a pagar	44.784	(24.433)	20.351
	<b>601.332</b>	<b>(82.998)</b>	<b>518.334</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	254.628		254.628
Reservas de capital	334.728		334.728
Reservas de lucros	46.770	172.358	219.128
Ajustes de avaliação patrimonial		1.348	1.348
Lucros acumulados		5.257	5.257
	<b>636.126</b>	<b>178.963</b>	<b>815.089</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.535.244</b>	<b>(128.818)</b>	<b>2.406.426</b>

3.3. Reconciliação da demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.099.349</b>	<b>(7.121)</b>	<b>2.092.228</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(1.013.607)	12.764	(1.000.843)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(320.398)	31.736	(288.662)
	<b>(1.334.005)</b>	<b>44.500</b>	<b>(1.289.505)</b>
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal	(65.470)		(65.470)
Materiais e serviços de terceiros	(59.153)		(59.153)
Depreciações e amortizações	(74.042)		(74.042)
Outros custos de operação	(15.059)		(15.059)
	<b>(213.724)</b>	<b>—</b>	<b>(213.724)</b>
	<b>(1.547.729)</b>	<b>44.500</b>	<b>(1.503.229)</b>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>(1.583)</b>	<b>—</b>	<b>(1.583)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>550.037</b>	<b>37.379</b>	<b>587.416</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	(49.951)		(49.951)
Despesas gerais e administrativas	(113.614)	3.415	(110.199)
Depreciações e amortizações	(10.037)	(53)	(10.090)
Outras despesas operacionais	(15.537)	(21)	(15.558)
	<b>(189.139)</b>	<b>3.341</b>	<b>(185.798)</b>
<b>Resultado do serviço</b>	<b>360.898</b>	<b>40.720</b>	<b>401.618</b>
Receitas financeiras	49.389	10.212	59.601
Despesas financeiras	(69.133)	4.771	(64.362)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(19.744)</b>	<b>14.983</b>	<b>(4.761)</b>
Outras receitas	2.973		2.973
Outras despesas	(9.539)		(9.539)
<b>Outros resultados</b>	<b>(6.566)</b>	<b>—</b>	<b>(6.566)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>334.588</b>	<b>55.703</b>	<b>390.291</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(48.061)	(17.781)	(65.842)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(44.621)		(44.621)
	<b>(92.682)</b>	<b>(17.781)</b>	<b>(110.463)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>241.906</b>	<b>37.922</b>	<b>279.828</b>
Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:			
<b>Ativo Circulante e Não Circulante</b>			
<b>Consumidores e Concessionárias:</b> baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir a estrutura conceitual dos CPCs.			
<b>Impostos e contribuições sociais:</b> ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.			
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos:</b> reclassificação do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32 e impactos decorrentes da adoção dos demais CPCs.			
<b>Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A":</b> baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.			
<b>Outros créditos:</b> reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias passando a retificar a rubrica de Obrigações estimadas com pessoal, em atendimento à adoção do CPC 33.			
<b>Ativo financeiro indenizável:</b> reclassificação por conta da adoção da ICPC 01, da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão que terá seu valor recuperado por reembolso pelo Poder Concedente ao final do prazo da concessão.			
<b>Investimentos:</b> reclassificação de itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28.			
<b>Imobilizado:</b> (i) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20; (ii) reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão para ativo intangível e ativo financeiro indenizável, em decorrência da			

6. Consumidores e concessionárias

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
<b>Consumidores</b>							
Fornecimento faturado							
Residencial	63.084	56.586	17.902	137.572	(27.283)	110.289	106.171
Industrial	7.858	12.513	11.039	31.410	(11.352)	20.058	36.960
Comércio, serviços e outras atividades	10.729	12.512	12.557	35.798	(13.361)	22.437	26.528
Rural	700	414	305	1.419	(168)	1.251	1.235
Poder público							
Federal	2.605	153	67	2.825	(13)	2.812	2.885
Estadual	2.697	204	369	3.270	(304)	2.966	3.196
Municipal	2.031	1.141	4.913	8.085	(537)	7.548	5.940
Iluminação pública	2.993	3.187	8.873	15.053	(900)	14.153	10.478
Serviço público	3.899	1.210	14.487	19.596	(43)	19.553	20.611
Fornecimento não faturado	171.128			171.128		171.128	157.730
Parcelamentos de débitos	28.019	2.856	14.047	44.922	(3.662)	41.260	33.540
(-) Ajuste a valor presente	1.502			1.502		1.502	2.106
	<b>297.245</b>	<b>90.776</b>	<b>84.559</b>	<b>472.580</b>	<b>(57.623)</b>	<b>414.957</b>	<b>407.380</b>
<b>Concessionárias</b>							
Energia de curto prazo	3.938			3.938		3.938	
Encargos de uso da rede elétrica	4.000			4.000		4.000	5.202
Outros	7.109			7.109		7.109	5.388
	<b>15.047</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>15.047</b>	<b>—</b>	<b>15.047</b>	<b>10.590</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>312.292</b>	<b>90.776</b>	<b>84.559</b>	<b>487.627</b>	<b>(57.623)</b>	<b>430.004</b>	<b>417.970</b>
<b>Não circulante</b>							
<b>Consumidores</b>							
Fornecimento faturado							
Industrial	6.418			6.418		6.418	6.929
Comércio, serviços e outras atividades	54			54		54	54
Poder público							
Municipal	3			3		3	3

adoção da ICPC 01; e (iii) reclassificação de alguns itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28.

**Intangível:** (i) reconhecimento das licenças de operação pela adoção do CPC 25 e (ii) reclassificação da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão que terá seu valor recuperado pela cobrança de tarifa por conta da adoção da ICPC 01.

**Passivo Circulante e Não Circulante**  
**Impostos e contribuições sociais:** ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo	Saldo
						líquido em 31/12/2010	líquido em 31/12/2009
Parcelamentos de débitos	32.303			32.303		32.303	37.216
(-) Ajuste a valor presente	(10.087)			(10.087)		(10.087)	(13.028)
	<b>28.691</b>			<b>28.691</b>		<b>28.691</b>	<b>31.174</b>
Concessionárias							
Energia de curto prazo	11.141			11.141	(11.141)		
Piratininga	20.169			20.169		20.169	20.169
	<b>31.310</b>			<b>31.310</b>	<b>(11.141)</b>	<b>20.169</b>	<b>20.169</b>
Total Não circulante	<b>60.001</b>			<b>60.001</b>	<b>(11.141)</b>	<b>48.860</b>	<b>51.343</b>

**6.1. Energia de Curto Prazo**

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

**6.2. Concessionária - Piratininga**

Os valores de R\$20.169 em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 no Ativo Não circulante e de R\$19.335 em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 no Passivo circulante e não circulante (Nota 12), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante, realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

**6.3. Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 a taxa é de 15,07%a.a., afetando positivamente o resultado do exercício em R\$2.337 (negativamente em R\$2.790 em 2009).

**7. Despesas pagas antecipadamente**

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Prêmio de seguros	943	619
Outros	154	
Total	<b>1.097</b>	<b>619</b>

**8. Impostos e contribuições sociais**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	113.634	72.097		
ICMS	21.770	22.113	19.481	16.791
PIS e COFINS	23.452	15.784		
PIS e COFINS - COSIT 27 (Nota 12)	40.614	29.110		
Outros	72	2.228		
Total	<b>199.542</b>	<b>141.332</b>	<b>19.481</b>	<b>16.791</b>
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	80.572	48.757		
ICMS	119.091	91.514		
PIS e COFINS	32.881	28.698		
IRRF sobre juros s/capital próprio	5.716	6.014		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	22.860	15.512	34.291	36.194
Outros	4.464	3.752		
Total	<b>265.584</b>	<b>194.247</b>	<b>34.291</b>	<b>36.194</b>

**8.1. PIS e COFINS - COSIT 27**

O saldo de R\$40.614 (R\$29.110 em 2009) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu inicialmente um Passivo circulante de igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão reduzindo a alíquota efetiva do PIS e da COFINS a ser cobrada no futuro (Nota 12).

No exercício de 2011 será realizada a compensação do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil. A devolução através da redução da alíquota efetiva do PIS e da COFINS aos consumidores teve início em novembro de 2010, no montante de R\$8.378.

**8.2. Parcelamento de impostos - Lei n° 11.941/09**

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei n° 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes, relativos a processos de natureza tributária na esfera federal.

**Composição - Passivo**

	31/12/2010	31/12/2009
Imposto de renda e contribuição social	10.533	7.378
PIS/COFINS	46.618	44.328
Total	<b>57.151</b>	<b>51.706</b>

Do montante total desta adesão, parte será amortizada através de compensação com recursos de depósitos judiciais no montante de R\$9.619 e parte com créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no valor de R\$8.690, sendo o restante liquidado em 30 parcelas.

**9. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

	Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
IRPJ sobre prejuízos fiscais	3.418	29.860
CSLL sobre base negativa	5.272	14.800
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias	55.403	56.421
IRPJ e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP	22.277	22.956
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	102.570	108.879
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	20.177	4.724
Total	<b>209.117</b>	<b>237.640</b>

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM n° 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Não circulante
	53.055	87.337	48.036	7.700	7.979	4.945	65	209.117

Para atendimento à Instrução CVM n° 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

**9.1. Composição e base de cálculo**

Natureza dos créditos	31/12/2010				31/12/2009
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
<b>Prejuízos Fiscais</b>	13.670	3.418		3.418	29.860
<b>Base Negativa da Contribuição Social</b>	58.572		5.272	5.272	14.800
		<b>3.418</b>	<b>5.272</b>	<b>8.690</b>	<b>44.660</b>
<b>Diferenças Temporárias</b>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.824	17.706	6.374	24.080	22.738
Provisão para riscos tributários, civéis e trabalhistas	78.694	19.674	7.082	26.756	25.674
Provisão para Resultados de swap	13.271	3.318	1.194	4.512	7.487
Provisão para Perdas em Estoques	199	50	18	68	228
Provisão para bônus empregados	(38)	(10)	(3)	(13)	294
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>40.738</b>	<b>14.665</b>	<b>5.897</b>	<b>55.403</b>	<b>56.421</b>
<b>Benefícios pós-emprego - PSAP</b>	<b>65.522</b>	<b>16.380</b>	<b>5.897</b>	<b>22.277</b>	<b>22.956</b>
<b>Ágio incorporado</b>	<b>301.678</b>	<b>75.419</b>	<b>27.151</b>	<b>102.570</b>	<b>108.879</b>
<b>Diferenças Temporárias - RTT</b>					
Consumidores - ajuste a valor presente	8.585	2.146	774	2.920	3.714
Encargos Financeiros - Recouponing	2.225	556	200	756	1.434
Emprést. e Financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	20	5	2	7	(139)
Imobilizado em Serviços - Intangíveis					3
Benefícios a empregados - CPC 33	48.511	12.128	4.366	16.494	(288)
<b>Total diferenças temporárias - RTT</b>	<b>-</b>	<b>14.835</b>	<b>5.342</b>	<b>20.177</b>	<b>4.724</b>
<b>Total Ativos/Passivos Diferidos</b>	<b>-</b>	<b>150.790</b>	<b>58.327</b>	<b>209.117</b>	<b>237.640</b>

A mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício, foi registrado em contrapartida a crédito do Patrimônio líquido no montante de R\$16.389 e a débito do Resultado do exercício no montante de R\$44.912, respectivamente.

**9.2.** O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

**9.3.** O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo na aquisição de ações da Bandeirante, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM n° 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$6.034 até o ano de 2027 (Nota 15.2).

**9.4.** A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 9.1 e 9.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

**10. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e coligadas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão apresentados como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2010	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
<b>Outros Créditos</b>										
Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado	Enerpeixe	01/01/2007	Não existe data para liquidação do saldo		162	162				
					<b>162</b>	<b>162</b>				
<b>Partes relacionadas</b>										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho n° 2.194/97 e Resoluções Normativas n° 334/08 e n° 423/10	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		177	399	1	243		
	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		159	385				
	Enertrade	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		32	109				
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		120	677	14	263		
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada	Enerpeixe	01/07/2007	Não existe data para liquidação do saldo		475	475				
Compra de energia elétrica	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038					28		
					<b>963</b>	<b>2.045</b>	<b>15</b>	<b>534</b>		
<b>Fornecedores</b>										
Uso do sistema de transmissão	CESA	30/11/2009	30/11/2009 a 23/10/2028							(34)
	Evercy	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025				15	11	(107)	(54)
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	15/06/2009	15/06/2009 a 15/09/2009							(10)
Contrato de mútuo 104% do CDI	Escelsa	29/05/2009	29/05/2009 a 29/08/2009							1.865
Compra de energia elétrica	Enerpeixe	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	161,23			19.340	18.453	(139.927)	(143.284)
	Enerpeixe	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	152,59			6.826	6.761	(52.119)	(52.498)
	EDP Lajeado	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013							(12.368)
	Energest	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	74,28			63	90	(590)	(682)
	Energest	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	83,41			62	68	(441)	(510)
	Energest	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	99,64			62	67	(438)	(505)
	Energest	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	143,01			22	22	(155)	(163)
	Enertrade	27/02/2008	01/03/2009 a 31/12/2009					7.473		(57.801)
	Investco	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	118,04			133	130	(1.285)	(1.538)
	Investco	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032				15	15	(166)	(171)





NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4ª emissão de debêntures

Em 1º de julho de 2010 foi promovida a quarta emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação. Foram lançadas o total de 39 mil debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$390.000, com prazo de vigência de 6 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 4 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de julho de 2016, sendo a primeira amortização em 1º de julho de 2014. A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,50% ao ano, com base em 252 dias úteis (Acréscimo sobre a Taxa DI), conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, imediatamente, após a primeira Data de Amortização das Debêntures, ao Saldo do Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na Escritura de Emissão. O pagamento da Remuneração será feito semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 1º dos meses de janeiro e julho de cada ano, até a Data de Vencimento. Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos. O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;

(ii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000.000,00, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404;

(iv) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e

(v) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2014	77.393
2015	155.197
2016	155.411
Total	388.001

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009		Pagamentos de principal		Pagamentos de juros		Juros provisionados		Custos de transação		Valor líquido em 31/12/2010
	Ingressos	Ajustado									
Circulante	87.892	87.892	(83.333)	(83.333)	(11.294)	(11.294)	32.983	32.983	82.482	515	109.245
Não circulante	83.297	83.297	387.186	-	-	-	-	-	(82.482)	-	388.001
			387.186	-	-	-	-	-	(82.482)	-	388.001

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos covenants previstas nos contratos de debêntures.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda estrangeira	Custo da dívida	31/12/2010			31/12/2009		
		Circulante	Principal		Circulante	Principal	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Circulante
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial	84	10.801	2.711	154	11.287	14.120
(-) BID - Amortização do custo da transação							
		84	(1.438)	(240)	154	(1.438)	(1.678)
			9.363	2.471		9.849	12.442
<b>Moeda nacional</b>							
Eletrobrás	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a. (tx. adm.)		4.775	17.252		2.571	12.327
Cédula de Crédito Bancário	105% do CDI	492	20.400	40.800	482	20.400	61.200
Juros s/fundo reversão	5% a.a.					73	
BNDES FINAME	de 4% a 5% a.a. acima da TJLP				5	1.015	
BNDES - Banco do Brasil	3,3% a.a. acima da TJLP	82	5.937	14.842	106	5.936	20.778
BNDES - Banco Santander	3,3% a.a. acima da TJLP	82	5.937	14.842	106	5.937	20.778
BNDES - BB/CALC	de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP	725	8.396	77.968	170		86.364
HSBC - Notas Promissórias	CDI + 1,3% a.a.				13.178	230.000	
		1.381	45.445	165.704	14.120	265.859	201.447
<b>Resultado dos Swaps</b>							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	de 97,94% a 118,94% do CDI		10.946	2.345		10.610	10.994
		-	10.946	2.345	-	10.610	10.994
Total		1.465	65.754	170.520	14.274	286.318	224.883

**BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento** - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

(i) Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,38% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

(ii) Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de covenants (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de swap cambial, com característica de hedge, junto ao Banco JP Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento. Essa operação financeira está valorizada pelo valor justo, conforme descrito na nota 28 (Instrumentos financeiros).

**Eletrobrás Programa Reluz**

(i) Contrato ECF 2617/07, firmado em 9 de abril de 2007. Linha de crédito no valor de R\$608 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$61 e R\$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de

2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Contrato ECF 2656/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R\$3.911 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R\$391 e R\$3.203 em 18 de junho de 2008 e 17 de fevereiro de 2009, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iii) Contrato ECF 2657/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R\$10.036 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R\$1.004 e R\$8.915 em 17 de fevereiro de 2009 e 16 de abril de 2010, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de abril de 2010 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2010 e a última em 30 de abril de 2015. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iv) Contrato ECF 2658/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R\$2.946 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R\$295 e R\$2.154 em 18 de junho de 2008 e 17 de fevereiro de 2009, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

**Programa Luz para Todos**

(i) 1ª etapa - Contrato ECFS 019/04 - Linha de crédito no valor de R\$11.523, a título de financiamento RGR, e R\$1.773 a título de subvenção econômica. Contrato firmado em 28 de maio de 2004, sendo que foram liberados recursos no montante de R\$1.152 em 2004,

R\$2.305 em 2005, R\$3.623 em 2006, R\$2.262 em 2010, totalizando R\$9.342 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R\$177 em 2004, R\$355 em 2005, R\$557 em 2006, totalizando R\$1.089. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) 2ª etapa - Contrato ECFS 184/07 - Linha de crédito no valor de R\$12.359, a título de financiamento RGR, não há valores a título de subvenção econômica. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que foram liberados recursos no montante de R\$3.708 em 2007. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

**Cédulas de Crédito Bancário** - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece covenant da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

**BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco do Brasil** - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece covenant da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

**BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco Santander** - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece covenant da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

**BNDES/CALC** - Aprovado em dezembro de 2008, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, no montante de R\$153.283, com a finalidade de implantação do Programa de Investimentos 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. A 1ª liberação efetuada para a Companhia de R\$86.364 ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

**HSBC - Notas Promissórias** - Em 7 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Bandeirante aprovou a contratação de linha de financiamento de curto prazo, materializada pela emissão de Nota Promissória. As Notas promissórias foram emitidas de forma cartular e ficarão depositadas no Banco Bradesco S.A. a remuneração corresponde à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DIs) de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, capitalizada de um spread correspondente a 1,30% a.a. O valor de cada nota corresponde a R\$1.000 e foram emitidas 230 notas totalizando o montante de R\$230.000. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 31 de maio de 2010 em uma única parcela.

Vencimento das parcelas do Circulante e não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2011	46.826	20.393	67.219
	46.826	20.393	67.219
Não circulante			
2012	51.444	4.816	56.260
2013	51.360		51.360
2014	23.969		23.969
2015	16.497		16.497
2016	15.386		15.386
2017	6.337		6.337
2018	402		402
2019	309		309
	165.704	4.816	170.520
Total	212.530	25.209	237.739

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Custos de transação	Variação monetária cambial	Valor líquido em 31/12/2010
<b>Circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos	289.982	1.165	(280.063)	(43.227)	30.443	(17)	57.738		720	(468)	56.273
Swaps	10.610		(8.395)	(3.422)	1.991		9.365	284		513	10.946
	<b>300.592</b>	<b>1.165</b>	<b>(288.458)</b>	<b>(46.649)</b>	<b>32.434</b>	<b>(17)</b>	<b>67.103</b>	<b>284</b>	<b>720</b>	<b>45</b>	<b>67.219</b>
<b>Não circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos	213.889	11.177				17	(57.738)		720	110	168.175
Swaps	10.994				723		(9.365)	145		(152)	2.345
	<b>224.883</b>	<b>11.177</b>			<b>723</b>	<b>17</b>	<b>(67.103)</b>	<b>145</b>	<b>720</b>	<b>(42)</b>	<b>170.520</b>

19. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, como segue:

19.1 PSAP/Bandeirante

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
BSPS - Reservas a amortizar	19.245	14.121	93.998	61.918
Programas assistenciais		6.890	6.867	
	<b>19.245</b>	<b>21.011</b>	<b>100.865</b>	<b>61.918</b>

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", sob gestão da Fundação Cesp, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia.

Este plano encontra-se em processo de transferência de gestão para EnerPrev que será concretizada no primeiro semestre de 2011, conforme Portaria nº 670, de 3 de setembro de 2010, publicada no DOU-Diário Oficial da União em 6 de setembro de 2010. O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R\$113.243, apurado em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. Parte do compromisso está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

• Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição Definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício Definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na conciliação dos ativos e obrigações do plano com o passivo de benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2010			2009		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
<b>Saldo inicial</b>	<b>(430.120)</b>	<b>354.080</b>	<b>(76.040)</b>	<b>(422.199)</b>	<b>312.153</b>	<b>(110.046)</b>
Custo do serviço corrente	1.664		1.664	1.625		1.625
Custo dos juros	(47.185)		(47.185)	(46.591)		(46.591)
Rendimento esperado dos ativos		40.638	40.638		45.603	45.603
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(32.761)	(17.794)	(50.555)	16.553		16.553
Contribuições pagas pelos empregados	(2.033)	2.033	-	(2.121)	2.121	-
Contribuições pagas pela empresa		18.234	18.234		16.816	16.816
Benefícios pagos pelo plano	23.996	(23.996)	-	22.613	(22.613)	-
<b>Saldo final</b>	<b>(486.439)</b>	<b>373.195</b>	<b>(113.244)</b>	<b>(430.120)</b>	<b>354.080</b>	<b>(76.040)</b>

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o ano de 2011 são de R\$19.246.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2010 e 2009 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	1.064	983
Custo dos juros	47.185	46.591
Rendimento esperado dos ativos	(40.638)	(34.749)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.728)	(2.608)
Total	<b>4.883</b>	<b>10.217</b>

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC nº 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2010 da perda atuarial é de R\$48.513 (R\$2.042 de ganho atuarial em 31 de dezembro de 2009). Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
<b>Ajustes de experiência com ativos do plano</b>					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	17.794	(10.854)	16.490	35.402	12.413
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	4,77%	3,07%	5,28%	12,15%	5,52%
<b>Ajustes de experiência com obrigações do plano</b>					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	32.761	(16.553)	(9.382)	13.888	19.147
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	6,73%	3,85%	2,22%	3,42%	4,89%

Situação do plano

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertas	(486.439)	(430.120)	(422.199)	(406.171)	(391.882)
Valor justo dos ativos	373.195	354.080	312.153	291.471	224.990
Situação do plano	<b>(113.244)</b>	<b>(76.040)</b>	<b>(110.046)</b>	<b>(114.700)</b>	<b>(166.892)</b>

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	2010		2009	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	11,20%	81,04%	10,75%
Ações	14,40%	13,29%	14,01%	13,25%
Imóveis	0,60%	11,20%	4,95%	10,75%
Outros	2,60%	10,77%	0,00%	0,00%
Total	<b>100%</b>	<b>11,49%</b>	<b>100%</b>	<b>11,00%</b>

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2010		2009	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	11,20%	81,04%	10,75%
Ações	14,40%	13,29%	14,01%	13,25%
Imóveis	0,60%	11,20%	4,95%	10,75%
Outros	2,60%	10,77%	0,00%	0,00%
Total	<b>100%</b>	<b>11,49%</b>	<b>100%</b>	<b>11,00%</b>

O retorno real dos ativos do plano, no exercício, foi de R\$22.844, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$40.638, ocasionando assim uma perda atuarial de R\$17.794.

Apresenta-se a seguir, a demonstração do número de participantes do Plano:

	2010	2009
Participantes ativos	829	893
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	132	131
Aposentados e pensionistas	572	531
	<b>704</b>	<b>662</b>
Total	<b>1.533</b>	<b>1.555</b>

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2010	2009
<b>Econômicas</b>		
Taxa de desconto	10,75% a.a.	11,20% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49% a.a.	11,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
<b>Demográficas</b>		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

19.2. EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", sob gestão da EnerPrev e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$413 (R\$234 no exercício de 2009).

Esse plano tem a adesão de 190 colaboradores.

20. Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Folha de pagamento	17.809	18.225
INSS e FGTS	3.111	2.745
Total	<b>20.920</b>	<b>20.970</b>

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

21. Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quota de reserva global de reversão - RGR	3.562	1.387		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	15.852	2.614		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	10.536	10.437		
Encargos tarifários (ECE/EAE)EE	3.149	3.313		
Pesquisa e desenvolvimento	24.380	15.540	3.974	3.900
Programa de eficiência energética	40.075	28.997	3.090	1.061
Taxa de fiscalização - ANEEL	507	457		
Total	<b>98.061</b>	<b>62.745</b>	<b>7.064</b>	<b>4.961</b>

21.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008, respectivamente. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

21.2 Outros encargos

A Lei nº 12.911 de 9 de dezembro de 2009, regulamentada pelos Ofícios circulares nºs 965/2010-SFF/ANEEL e 648/2010-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional (Nota 24).

22. Provisões

	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	75.957	75.862
Licenças ambientais	25	22
Total	<b>75.982</b>	<b>75.884</b>
Circulante	6.572	7.630
Não circulante	69.410	68.254
	<b>75.982</b>	<b>75.884</b>

22.1. Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - Circulante e não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

22.1.1. Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo			Ativo		
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	18.718	12.359	(7.515)	16.039	1.000	1.061
Cíveis	52.531	11.895	(5.957)	57.887	17.542	8.710
Fiscais	4.613	3.424	(6)	8.031		
Total	<b>75.862</b>	<b>27.678</b>	<b>(14.478)</b>	<b>75.957</b>	<b>18.542</b>	<b>9.771</b>
Circulante	7.627			6.547		
Não circulante	68.235			69.410	18.542	9.771
Total	<b>75.862</b>			<b>75.957</b>	<b>18.542</b>	<b>9.771</b>

22.1.2 Trabalhistas

Contempla ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

22.1.3 Cíveis

Referem-se principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$40.260 (R\$41.814 em 2009).

22.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009	Ativo	
				Depósito Judicial	
	1ª, 2ª e 3ª			31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	24.140	6.257	461	236
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	76.444	5.412	61.048	28
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	206.369	63.200	4.015	
<b>Total</b>		<b>306.953</b>	<b>74.869</b>	<b>65.524</b>	<b>264</b>

Dentre as principais causas com risco de perda avalizadas como possível, destacamos as seguintes ações:

**22.2.1 Cíveis**

Na esfera Cível, a Companhia é parte no processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das portarias 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951. Atualmente o processo encontra-se em grau de recurso.

**22.2.2 Fiscais**

A Companhia reavaliou os riscos dos processos fiscais e parte das ações anteriormente classificadas como risco remoto passaram a ser classificadas como risco possível.

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$88.281. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofreu um acréscimo expressivo no último ano em razão dos novos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/2009 e Resolução SF nº 98/2010.

A Companhia possui outras contingências fiscais no montante aproximado de R\$90.772, referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, como consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE).

**22.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010 é de R\$21.757 (R\$7.514 em 2009).

**23. Patrimônio líquido**

**23.1 Capital social**

O capital social de R\$254.628 em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Energias do Brasil S.A. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

**23.2 Destinação do lucro**

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	278.238
Ajuste de exercícios anteriores	5.257
Lucro líquido ajustado	<b>283.495</b>
Constituição da reserva legal - 5%	(14.174)
	<b>269.321</b>

**Destinação do lucro:**

Dividendos	67.331
Dividendos intermediários - JSCP	38.104
Dividendos - Energias do Brasil	29.227
Dividendo adicional proposto	201.990
Quantidade de ações - mil	39.091.735
Dividendos por ação - JSCP	0,000975
Dividendos complementares por ação ordinária	0,000748

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$38.104, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

**23.3 Reservas**

	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado
Reservas de capital		
Doações e subvenções para investimento	177.342	177.342
Incentivos fiscais	787	787
Ágio na incorporação de sociedade controladora	156.599	156.599
<b>Total</b>	<b>334.728</b>	<b>334.728</b>
Ajustes de avaliação patrimonial		
Perda/Ganho atuarial com benefícios pós-emprego	(48.513)	2.042
IRPJ/CSLL Diferido	16.494	(694)
	<b>(32.019)</b>	<b>1.348</b>
Reservas de lucros		
Legal	49.389	35.215
Retenção de lucros	11.555	11.555
Dividendo adicional proposto	201.990	172.358
<b>Total</b>	<b>262.934</b>	<b>219.128</b>
	<b>565.643</b>	<b>555.204</b>

**23.3.1 Reservas de capital - Doações e subvenções para investimento**

Constituída originalmente na Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., tendo sido vertidas na proporção do patrimônio líquido no processo de cisão realizada pela referida antecessora, ocorrido a partir de 1º janeiro de 1998, e que deu origem ao início das operações da Companhia.

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por:

(i) Despesa de remuneração das imobilizações em curso

Decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso, com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e, principalmente, através da Portaria DNAEE 250/85, de 12 de dezembro de 1985, tendo sido registrada em contrapartida a rubrica de Reservas de capital no patrimônio líquido; e

(ii) Conta de resultados a compensar - CRC.

A Conta de resultados a compensar teve origem na contabilização de crédito relativo aos efeitos do reconhecimento ao direito da compensação dos déficits de remuneração setorial mínima assegurada, e que foi reconhecida quando da mudança do regime de remuneração das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, que substituiu o regime do custo do serviço para o atual modelo de remuneração e controle pelos preços. Com amparo na Lei 8.631 de 4 de março de 1993, essa contabilização foi efetuada em contrapartida a rubrica de Reservas de capital no Patrimônio líquido.

**23.3.2 Ajustes de avaliação patrimonial**

Refere-se a contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

**23.3.3 Reserva de retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

**24. Receita operacional líquida**

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
						<b>Ajustado</b>
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	1.377.830	1.357.429	3.081.059	2.992.589	1.231.813	1.159.217
Industrial	10.721	10.088	3.226.408	2.951.238	971.829	883.954
Comércio, serviços e outras atividades	94.672	94.536	1.754.278	1.696.831	613.100	586.316
Rural	8.159	8.224	81.260	71.927	17.554	16.637
Poder público	8.339	9.101	294.409	289.023	100.276	97.776
Iluminação pública	1.884	1.804	302.090	297.079	65.189	63.660
Serviço público	1.210	1.173	259.993	248.390	64.803	62.780
Consumo próprio	99	93	4.709	4.701		
<b>Total do fornecimento faturado</b>	<b>1.502.914</b>	<b>1.482.448</b>	<b>9.004.206</b>	<b>8.551.778</b>	<b>3.064.564</b>	<b>2.870.340</b>
(-) ICMS						
Residencial					(246.491)	(236.925)
Industrial					(173.493)	(158.043)
Comércio, serviços e outras atividades					(108.596)	(104.714)
Rural					(645)	(650)
Poder público					(12.758)	(12.323)
Iluminação pública					(11.610)	(11.347)
Serviço público					(12.003)	(11.931)
					<b>(565.596)</b>	<b>(535.933)</b>
<b>Total do fornecimento faturado líquido de ICMS</b>					<b>2.498.968</b>	<b>2.334.407</b>
Fornecimento não faturado					(12.595)	39.263
Modicidade tarifária - baixa renda					2.370	2.588
Suprimento de energia elétrica	2	2	34.005	32.878	1.788	1.482
ECE e EAEEE					(6)	(11)
					<b>2.490.525</b>	<b>2.377.729</b>
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(1.454.120)	(1.463.027)
(-) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					272.063	273.947
<b>Total fornecimento de energia elétrica</b>					<b>1.308.468</b>	<b>1.188.649</b>
Disponibilização do sistema de distribuição						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	82	73	5.271.572	4.707.020	578.352	413.599
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(190.398)	(117.469)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					1.454.120	1.463.027
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(272.063)	(273.947)
					<b>1.570.011</b>	<b>1.485.210</b>
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					34.766	457
Serviços taxados e outros					32.378	11.281
<b>Total outras receitas operacionais</b>					<b>67.144</b>	<b>11.738</b>
					<b>2.945.623</b>	<b>2.685.597</b>
(-) Deduções da receita						
PEE e P&D					(22.711)	(20.731)
Outros encargos					(29.545)	(21.688)
CCC					(142.115)	(107.898)
CDE					(126.435)	(125.236)
RGR					(16.672)	(16.381)
PIS/COFINS					(348.692)	(301.187)
ISS					(197)	(248)
					<b>(686.367)</b>	<b>(593.369)</b>
<b>Total</b>	<b>1.502.998</b>	<b>1.482.523</b>	<b>14.309.783</b>	<b>13.291.676</b>	<b>2.259.256</b>	<b>2.092.228</b>
(*) Não auditado						

**25. Gastos operacionais**

	Custo do serviço			Despesas operacionais			2010	2009
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
								<b>Ajustado</b>
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Itaipu	243.179						243.179	282.929
Leilão	530.584						530.584	404.909
PROINFA	44.606						44.606	38.869
Contratos bilaterais	339.644						339.644	334.197
Energia de curto prazo - CCEE	3.682						3.682	34.274
Outros fornecedores	64.870						64.870	7.799
Encargo de uso e conexão	332.261						332.261	308.082
Encargo - CCEE	57.470						57.470	10.926
PIS/COFINS	(154.490)						(154.490)	(132.480)
Taxa de fiscalização						5.631	5.631	5.189
	<b>1.461.806</b>	-	-	-	-	<b>5.631</b>	<b>1.467.437</b>	<b>1.294.694</b>
Gerenciáveis								
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		63.449	98		39.289		102.836	110.542
Material		7.969	866		1.258		10.093	9.187
Serviços de terceiros		73.426	1.446		46.673		121.545	105.480
Depreciação e amortização		73.205			10.906		84.111	84.132
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				38.585			38.585	47.649
Provisões para contingências						3.090	3.090	9.700
Aluguéis e arrendamentos		208			2.039		2.247	1.627
PIS/COFINS					(9.961)		(9.961)	
Outras		18.084	19	84	7.137	(471)	24.853	27.599
	-	<b>236.341</b>	<b>2.429</b>	<b>38.669</b>	<b>97.341</b>	<b>2.619</b>	<b>377.399</b>	<b>395.916</b>
<b>Total</b>	<b>1.461.806</b>	<b>236.341</b>	<b>2.429</b>	<b>38.669</b>	<b>97.341</b>	<b>8.250</b>	<b>1.844.836</b>	<b>1.690.610</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**26. Resultado financeiro**

	2010	2009
	<i>Ajustado</i>	
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	25.020	3.785
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	41.681	47.106
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	1.992	
Atualização monetária depósitos judiciais REFIS	14.830	
Variações monetárias moeda nacional		(12.369)
Variações monetárias moeda estrangeira SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	8.389	930
Ajustes a valor presente	2.337	(2.790)
Outras receitas financeiras	7.081	22.937
	<b>101.330</b>	<b>59.601</b>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(57.589)	(48.629)
Variações monetárias moeda nacional	(3)	(77)
Variações monetárias moeda estrangeira	(72)	11.456
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(6.185)	7.888
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	(3.075)	(15.473)
SELIC - Energia Livre	(11.414)	(14.420)
Atualização Monetária REFIS	(5.445)	
Marcação a mercado - MTM	(429)	1.107
Outras despesas financeiras	(13.180)	(6.214)
	<b>(97.392)</b>	<b>(64.362)</b>
<b>Total</b>	<b>3.938</b>	<b>(4.761)</b>

**27. Imposto de renda e contribuição social**

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009
	<i>Ajustado</i>		<i>Ajustado</i>	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	405.583	390.291	405.583	390.291
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	<b>(101.396)</b>	<b>(97.573)</b>	<b>(36.502)</b>	<b>(35.126)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(276)	(482)	(99)	(174)
Perdas indedutíveis	(2.751)	(243)	(990)	(88)
Multas indedutíveis	(13)	(14)	(5)	(5)
Gratificações a administradores	(127)	(8)	(46)	(3)
Pesquisa e desenvolvimento	409	326	147	117
Programa REFIS		5.230		1.883
Juros sobre o capital próprio	9.526	10.023	3.429	3.608
Outras		643		225
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	396	30	88	11
Adicional IRPJ	24	24		
Programa de Alimentação do Trabalhador	156	158		
Incentivo Cultural e Artístico	560	802		
Doações a atividades de caráter Desportivo		173		
Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente	125			
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(93.367)</b>	<b>(80.911)</b>	<b>(33.978)</b>	<b>(29.552)</b>
Alíquota efetiva	23,02%	20,73%	8,38%	7,57%

**28. Instrumentos financeiros**

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

**28.1. Considerações gerais**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**28.2. Valor justo**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	364.086	337.731	364.086	337.731
Consumidores e concessionárias	430.004	417.970	430.004	417.970
Cauções e depósitos vinculados	362	1.610	362	1.610
<b>Não circulante</b>				
Ativo financeiro indenizável	135.379	126.195	135.379	126.195
Consumidores e concessionárias	48.860	51.343	48.860	51.343
Partes relacionadas	963	2.045	963	2.045
Cauções e depósitos vinculados	356	19	356	19
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	302.629	238.234	302.629	238.234
Debêntures	114.390	88.282	109.245	87.892
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	53.037	293.757	56.273	289.982
Derivativos	10.946	10.610	10.946	10.610
Encargos regulamentares e setoriais	98.061	62.745	98.061	62.745
<b>Não circulante</b>				
Debêntures	406.275	83.666	388.001	83.297
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	159.967	216.713	168.175	213.889
Derivativos	2.345	10.994	2.345	10.994
Partes relacionadas	15	534	15	534
Encargos regulamentares e setoriais	7.064	4.961	7.064	4.961

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010			Total
	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Mantidos até o vencimento	
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa			364.086	364.086
Consumidores e concessionárias	478.864			478.864
Cauções e depósitos vinculados			718	718
Ativo financeiro indenizável	135.379			135.379
Partes relacionadas	963			963
	<b>615.206</b>	<b>364.086</b>	<b>718</b>	<b>980.010</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores		302.629		302.629
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			224.448	224.448
Derivativos	13.291			13.291
Debêntures			497.246	497.246
Encargos regulamentares e setoriais			105.125	105.125
Partes relacionadas			15	15
	<b>13.291</b>	<b>1.129.463</b>	<b>1.142.754</b>	
		<b>31/12/2009</b>		
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa			337.731	337.731
Consumidores e concessionárias	469.313			469.313
Cauções e depósitos vinculados			1.629	1.629
Ativo financeiro indenizável	126.195			126.195
Partes relacionadas	2.045			2.045
	<b>597.553</b>	<b>337.731</b>	<b>1.629</b>	<b>936.913</b>

Operação	Risco	Cenário				
		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicações Financeiras	CDI	17.947	22.434	26.921	13.460	8.974
Cauções e depósitos vinculados	CDI	110	138	165	83	55
<b>Passivos financeiros</b>						
BID	US\$	903	1.129	1.355	677	452
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	31.738	39.673	47.607	23.804	15.869
Debêntures	CDI	233.898	292.373	350.847	175.424	116.949
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	13.214	16.518	19.821	9.911	6.607

**Valor de referência**

CDI - 10,0%  
TJLP - 6,0%  
US\$ - R\$1,6662

**28.4. Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 18. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa 18. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
	<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores		238.234	238.234
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		503.871	503.871
Derivativos	21.604		21.604
Debêntures		171.189	171.189
Encargos regulamentares e setoriais		67.706	67.706
Partes relacionadas		534	534
	<b>21.604</b>	<b>981.534</b>	<b>1.003.138</b>

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturas levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercedos similares Nível 2

<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	364.086	364.086
<b>Passivos financeiros</b>		
<b>Circulante</b>		
Derivativos	10.946	10.946
<b>Não circulante</b>		
Derivativos	2.345	2.345
	<b>377.377</b>	<b>377.377</b>

**28.3. Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 18, possuem como contraparte o BID, BNDES e a Eletrobrás. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, CDI e variações no Dólar.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente taxa Selic, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas especificamente para a Companhia o Dólar são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, que em uma economia onde a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* para controlar todas as exposições a variação cambial para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**28.3.1. Análise de sensibilidade**

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

	31/12/2010				
	Total	Vencimentos em 2011	Vencimentos de 2012 até 2014	Vencimentos de 2015 até 2016	Vencimentos acima de 2016
<b>Obrigações contratuais</b>					
Debêntures	497.246	109.245	77.393	310.608	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	224.448	56.273	129.244	31.883	7.048
Derivativos	13.291	10.946	2.345		
	<b>734.985</b>	<b>176.464</b>	<b>208.982</b>	<b>342.491</b>	<b>7.048</b>
	31/12/2009				
	Total	Vencimentos em 2011	Vencimentos de 2011 até 2013	Vencimentos de 2014 até 2015	Vencimentos acima de 2015
<b>Obrigações contratuais</b>					
Debêntures	171.189	87.892	83.297		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	503.871	289.982	154.276	37.382	22.231
Derivativos	21.604	10.610	10.994		
	<b>696.664</b>	<b>388.484</b>	<b>248.567</b>	<b>37.382</b>	<b>22.231</b>

**28.5. Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativos dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada é a fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, podemos levar em face a composição de 14,36% de estimativas de não realização dos créditos conforme Nota 6.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica

aos consumidores inadimplentes, anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, call centers, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**28.6. Instrumentos financeiros derivativos**

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia, foram registradas no resultado.

O valor de mercado dos derivativos da Companhia são observados mensalmente junto as contrapartes da operação.

Instrumentos financeiros derivativos		31/12/2010	31/12/2009
		SWAP	
<b>Ativo</b>			
Libor + 4,375 % aa		5.477	5.477
Libor + 4,375 % aa		2.055	2.055
Libor + 4,375 % aa		3.439	3.439
Libor + 4,375 % aa		2.751	2.751
		<b>13.722</b>	<b>13.722</b>
<b>Passivo</b>			
104,69% do CDI		11.973	11.973
118,94% do CDI		4.036	4.036
109,70% do CDI		6.442	6.442
109,50% do CDI		4.562	4.562
		<b>27.013</b>	<b>27.013</b>
Total		<b>(13.291)</b>	<b>(13.291)</b>

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas da Companhia em 2010 são:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos		31/12/2010	31/12/2009
		Resultado financeiro	Resultado financeiro
<b>Derivativos com propósito de proteção</b>			
Riscos cambiais	(3.504)	(14.366)	(14.366)
	<b>(3.504)</b>	<b>(14.366)</b>	<b>(14.366)</b>

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

Derivativos		Vencimento	Líquido
		2011	10.946
		2012	2.345
			<b>13.291</b>

Saldo a pagar  
Em atendimento a Instrução CVM nº475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro:

Descrição Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nocional USD		Nocional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
					31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativo	Banco Citibank	19/03/2004	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa								(60)
Passivo				97,94% do CDI								139
												<b>(199)</b>
Ativo	Banco Citibank	19/03/2004	14/02/2012	Libor+4,375%aa	3.244	5.837	5.405	17.005	5.477	10.531	242	(3.594)
Passivo				104,69% do CDI					11.973	21.151	1.755	1.973
									<b>(6.496)</b>	<b>(10.620)</b>	<b>(1.513)</b>	<b>(5.567)</b>
Ativo	Banco Citibank	14/12/2004	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa								(22)
Passivo				118,94% do CDI								49
												<b>(71)</b>
Ativo	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor+4,375%aa	1.216	2.189	2.026	6.062	2.055	3.950	91	(1.347)
Passivo				118,94% do CDI					4.036	7.200	659	993
									<b>(1.981)</b>	<b>(3.250)</b>	<b>(568)</b>	<b>(2.340)</b>
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa								(37)
Passivo				106,30% do CDI								77
												<b>(114)</b>
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor+4,375%aa	2.027	3.648	3.377	10.524	3.439	6.621	152	(2.246)
Passivo				109,70% do CDI					6.442	11.483	994	1.160
									<b>(3.003)</b>	<b>(4.862)</b>	<b>(842)</b>	<b>(3.406)</b>
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor+4,375%aa	1.622	2.918	2.703	7.598	2.751	5.297	121	(1.797)
Passivo				109,50% do CDI					4.562	8.169	702	765
									<b>(1.811)</b>	<b>(2.872)</b>	<b>(581)</b>	<b>(2.562)</b>
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa								(30)
Passivo				98,00% do CDI								58
												<b>(88)</b>
Ativo	Banco JP Morgan	28/07/2004	02/01/2009	USD								1
Passivo				71,60% do CDI								(1)
												<b>(4)</b>
Ativo	Banco JP Morgan	11/07/2005	02/01/2009	EURO								4
Passivo				59,80% do CDI								(6)
												8
Ativo	Banco Citibank	11/02/2005	28/01/2009	USD								(14)
Passivo				79,94% do CDI								8
												<b>(14)</b>
									<b>(13.291)</b>	<b>(21.604)</b>	<b>(3.504)</b>	<b>(14.366)</b>

**29. Cobertura de seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem

parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2010
Subestações	510.753
Prédios e conteúdos (próprios)	17.683

	31/12/2010
Prédios e conteúdos (terceiros)	44.947
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	269.644

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU  
Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS  
Vice-Presidente

**Conselheiros**

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES  
LEANDRO DA SILVA NETTO

MIGUEL DIAS AMARO  
POMPEU FREIRE DE MESQUITA

**DIRETORIA**

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS  
Diretor Presidente e Diretor de Sustentabilidade

FRANCISCO ALFREDO FERNANDES  
Diretor Técnico e de Meio Ambiente

MICHEL NUNES ITKES  
Diretor Comercial

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DONATO DA SILVA FILHO  
Diretor de Regulação

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS  
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI  
Gestora Operacional de Contabilidade Geral  
Técnica - CRC 1SP137290/O-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
**Bandeirante Energia S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Bandeirante Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bandeirante Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros**

**Demonstração do valor adicionado**  
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
São Paulo, 21 de fevereiro de 2011



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6  
Carlos Augusto Pires  
Contador CRC 1SP184830/O-7

**Rosane Palharim**  
Contadora CRC 1SP220280/O-9